

DIÁLOGO GLOBAL

8.1

3 edições por ano em 17 idiomas

Uma entrevista com
Virgínia Fontes

Guilherme Leite Gonçalves

XIX Congresso
Mundial da ISA
em Toronto

Margaret Abraham
Rima Wilkes
Patrizia Albanese
François Lachapelle
Patrick John Burnett
Mitchell McIvor
Mickey Vallee
Elise Maiolino
Cary Wu

Gênero e
violência

Maggie Walter
Joselynn Baltra-Ulloa
Jacob Prehn
Kammila Naidoo
Magdalena Grzyb
Sylvia Walby

Marx e a
Sociologia hoje

Gáspár Miklós Tamás
Erik Olin Wright
Alexandra Scheele
Stefanie Wöhl
Bob Jessop
Guilherme Leite Gonçalves
Satish Deshpande
Michelle Williams
Raju Das
David Fasenfest

Seção Aberta

- > Desigualdes de classe na China
- > Universidades públicas e privadas na Índia
- > Apresentando novos (e não tão novos) editores

REVISTA



International
Sociological
Association
ISA



VOLUME 8 / EDIÇÃO 1 / ABRIL 2018
<http://globaldialogue.isa-sociology.org/>

DG

> Editorial

“Se a perspectiva da Economia é o mercado e sua expansão, e a perspectiva da Ciência Política é o Estado e a garantia da estabilidade política, então a perspectiva da Sociologia é a sociedade civil e a defesa do social. Em tempos de tirania de mercado e despotismo estatal, a sociologia – e em particular sua faceta pública – defende os interesses da humanidade”.

Michael Burawoy, 2004, discurso presidencial da ASA

“Há (...) três desafios para a sociologia global. Se o primeiro desafio é compor uma sociologia da sociedade e o segundo é construir uma sociologia na sociedade, o terceiro é construir uma sociologia para a sociedade, defendendo o próprio objeto – a sociedade civil –, que é o fundamento original da sociologia”.

Michael Burawoy, 2014, discurso presidencial da ISA

Ao abrir nosso primeiro número da *Diálogo Global* com duas citações de Michael Burawoy, nós, os novos editores, prestamos reconhecimento à rica história dessa revista única dedicada à sociologia pública e global ([ver o editorial de Burawoy na DG 7.4](#)).

A primeira citação é do discurso programático de Michael na presidência da ASA, no qual ele defende com vigor o fortalecimento da sociologia pública. Na segunda passagem, extraída de sua mensagem presidencial no XVIII Congresso Mundial de Sociologia da ISA, ele delinea os contornos de uma sociologia global. “*Tornar-se público – tornar-se global*” é como Michael resume os dez anos que separam os dois discursos. Foi uma década ao longo da qual sua própria compreensão da sociologia e do que a sociologia pode e deve alcançar foram intensamente debatidas a em nível internacional. Além do mais, no mesmo período, Michael – que lecionava e pesquisava nos Estados Unidos apesar de (ou justamente por) ver criticamente as sociologias hegemônicas – fundou a *Diálogo Global*. Em apenas sete anos ele – em colaboração com sociólogos do mundo todo – a transformou numa florescente revista de sociologia pública. Não é preciso compartilhar da visão de Michael sobre a sociologia para reconhecer que ele conseguiu dar-lhe uma voz para além dos debates internos ao campo, e oferecer aos sociólogos do mundo inteiro um fórum para suas descobertas, posicionamentos sobre questões mundiais e reflexões a respeito de sua disciplina comum.

Quando Michael perguntou se nos candidataríamos a sucedê-lo como editores da *Diálogo Global*, sentimos-nos honrados e gratos por sua confiança para essa tarefa. Prevendo os desafios do projeto, não foi fácil tomar essa decisão. O que nos convenceu, como sociólogos públicos que sentimos uma conexão com as tradições críticas da disciplina, foi a realidade assustadora descrita por Michael em seu discurso sobre uma época de “tirania de mercado e despotismo estatal”, os quais ameaçam medrar em novas roupagens.

Nossas sociedades passaram por transformações amplas e profundas desde meados dos anos 1970. Esses processos podem ser caracterizados por meio de alguns marcos ocorridos tanto no Norte quanto no Sul globais, assim como no Oriente e no Ocidente. Eles incluem a Nova Depressão dos anos 1970, o colapso do socialismo de Estado, a expansão do capitalismo financeiro e a globalização, a ascensão dos BRICS e a crise financeira global de 2008-9. Outras rupturas históricas críticas incluem o desmonte, reestruturação e reconfiguração dos Estados de bem-estar em distintas partes do mundo nos anos 1980; novos movimentos de protesto, guerras por recursos e hegemonia justificadas com razões econômicas, políticas e religiosas; migrações forçadas numa escala sem precedentes; empobrecimento material e crises sociais abarcando regiões inteiras em decorrência de desastres ecológicos; e um aumento dramático da desigualdade social. Testemunhamos também a “rebelião conformista” (nas palavras de Adorno) de um novo populismo de direita e uma tendência para formas autoritárias de poder estatal, as quais se chocam necessariamente com movimentos democratizantes igualmente relevantes que surgem na sociedade.

Esses fenômenos representam desenvolvimentos desiguais causados por combinações altamente complexas de fatores econômicos, políticos, sociais e culturais – combinações que desaguaram em consequências dramaticamente distintas. Ao mesmo tempo, porém, observamos interrelações internacionais e transnacionais e tendências convergentes, tais como a reorganização “mercado-cêntrica” de capitalismo até então muito diferentes; a ascensão simultânea de correntes populistas nos Estados Unidos, na Europa, na Ásia e na América Latina; o aumento das desigualdades de classe em quase todos os países da OCDE; e o revigoramento de eixos de desigualdade relacionados a gênero e etnia/nacionalidade.

Ainda que as interpretações sociológicas desses fenômenos sejam heterogêneas e até mesmo contraditórias, há um consenso geral de que tais mudanças afetam o núcleo da

>>

disciplina. Num mundo de pós-verdade, uma sociologia que se dedica primordialmente a descobrir “a verdade” abdica completamente de sua relevância social. Sendo uma disciplina que lança mão de um discurso livre de dominação para cumprir seu dever de analisar, refletir e criticar fenômenos sociais, ela estaria condenada. Desse modo, apesar de todas as diferenças, os sociólogos devem compartilhar o interesse em promover o diálogo entre públicos acadêmicos e não-acadêmicos por meio de suas contribuições e seu compromisso com o debate público. Na posição de novos editores da *Diálogo Global*, almejamos juntar ideias sociológicas do mundo todo e encorajar uma discussão vigorosa sobre os desenvolvimentos sociais e o avanço de nossa disciplina.

Este número abre com uma entrevista com uma das mais proeminentes marxistas e teóricas da dependência na América Latina, Virgínia Fontes. Ela nos convida a refletir sobre essas correntes de pesquisa no Brasil e sobre a relevância do conceito marxista de expropriação para a crítica da economia política e para a compreensão dos acontecimentos que têm se sucedido ao golpe parlamentar de 2016.

Espera-se que mais de 5.000 sociólogos compareçam ao XIX Congresso Mundial de Sociologia em Toronto, no Canadá, onde debaterão suas descobertas e as questões pungentes de nossa época. A presidenta da ISA, Margaret Abraham, explica por que o tema do congresso *Violência e Justiça: Reflexões, Respostas e Responsabilidades* é tão importante. Patrizia Albanese, chefe do Comitê Organizador Local, e Rima Wilkes, presidenta da Associação Sociológica Canadense, assim como jovens pesquisadores de todo o Canadá oferecem algumas pistas sobre o Canadá e a sociologia canadense.

A relação entre violência e gênero costuma ser um tópico tabu. Têm-se feito esforços reiterados para chamar atenção do público a seu respeito, já que a abrangência do

problema é revoltante. A convite de Abraham, autores da Polônia, Grã-Bretanha, Austrália e África do Sul escrevem sobre os acontecimentos em seus países.

O aniversário de 200 anos de Karl Marx oferece uma oportunidade para refletir sobre como suas teorias e ideias têm sido debatidas na sociologia. Convidamos diversos acadêmicos para contribuir num simpósio que combina análise profunda da história da sociologia com ideias sobre como a teoria de Marx tem sido discutida internacionalmente, bem como críticas de diferentes perspectivas. Os artigos mostram como Marx pode ser uma referência para a teoria da sociedade e para a discussão de visões alternativas de desenvolvimento, abordam as críticas feministas dirigidas a ele, o modo como sua teoria pode servir para a análise dos capitalismo contemporâneos em geral, como o desenvolvimento do Estado e do Direito podem ser compreendidos de uma perspectiva marxista e muito mais. Assim, autores de vários países atestam seu reconhecimento internacional.

Na seção aberta, um artigo discute o impacto da mercantilização sobre o currículo de sociologia das universidades indianas e outro fala sobre as condições de trabalho na China. Além disso, os membros da nova equipe editorial da *Diálogo Global* que assumiram e/ou que continuam trabalhando conosco apresentam-se aos leitores.

O apoio generoso de Michael Burawoy, somado às boas-vindas calorosas da equipe global e de todos os departamentos da ISA envolvidos com a *Diálogo Global* facilitaram muito o começo dessa nova jornada. Gostaríamos de agradecer a todos eles e dizer que esperamos o melhor de nosso trabalho em equipe na revista. Estamos sempre receptivos a novas ideias e sugestões do mundo todo. ■

Brigitte Aulenbacher e Klaus Dörre,
novos editores da *Diálogo Global*

- > A *Diálogo Global* pode ser encontrada em 17 idiomas no [website da ISA](#).
- > Submissões devem ser enviadas para globaldialogue.isa@gmail.com.



**DIÁLOGO
GLOBAL**



> Equipe Editorial

Editores: Brigitte Aulenbacher, Klaus Dörre.

Editores Assistentes: Johanna Grubner, Christine Schickert.

Editor Associado: Aparna Sundar.

Editores Executivos: Lola Busuttil, August Bagà.

Consultor: Michael Burawoy.

Consultor de Mídia: Gustavo Taniguti.

Conselho Editorial:

Margaret Abraham, Markus Schulz, Sari Hanafi, Vineeta Sinha, Benjamín Tejerina, Rosemary Barbaret, Izabela Barlinska, Dilek Cindoğlu, Filomin Gutierrez, John Holmwood, Guillermina Jasso, Kalpana Kannabiran, Marina Kurkchyan, Simon Mapadimeng, Abdul-mumin Sa'ad, Ayse Saktanber, Celi Scalón, Sawako Shirahase, Grazyna Skapska, Evangelia Tastsoglou, Chin-Chun Yi, Elena Zdravomyslova.

Editores Regionais

Mundo Árabe: Sari Hanafi, Mounir Saidani.

Argentina: Juan Ignacio Piovani, Pilar Pi Puig, Martín Urtasun.

Bangladesh: Habibul Haque Khondker, Hasan Mahmud, Jewel Rana, US Rokeya Akhter, Toufica Sultana, Asif Bin Ali, Khairun Nahar, Kazi Fadia Esha, Helal Uddin, Muhaimin Chowdhury.

Brasil: Gustavo Taniguti, Andreza Galli, Lucas Amaral Oliveira, Benno Warken, Angelo Martins Junior, Dmitri Cerboncini Fernandes.

França/Espanha: Lola Busuttil.

Índia: Rashmi Jain, Jyoti Sidana, Pragya Sharma, Nidhi Bansal, Pankaj Bhatnagar.

Indonésia: Kamanto Sunarto, Hari Nugroho, Lucia Ratih Kusumadewi, Fina Itriayati, Indera Ratna Irawati Pattinasarany, Benedictus Hari Juliawan, Mohamad Shohibuddin, Dominggus Elcid Li, Antonius Ario Seto Hardjana.

Irã: Reyhaneh Javadi, Niayesh Dolati, Sina Bastani, Mitra Daneshvar, Vahid Lenjanzade.

Japão: Satomi Yamamoto, Masaki Yokota, Yuko Masui, Kota Nakano, Riho Tanaka, Masaki Tokumaru, Marie Yamamoto.

Casaquistão: Aigul Zabirowa, Bayan Smagambet, Adil Rodionov, Almash Tlespayeva, Kuanysh Tel.

Polônia: Jakub Barszczewski, Iwona Bojadziewicz, Katarzyna Dębska, Paulina Domagalska, Łukasz Dulniak, Krzysztof Gubański, Sara Herczyńska, Justyna Kościńska, Karolina Mikołajewska-Zajac, Adam Müller, Zofia Penza-Gabler, Aleksandra Senn, Anna Wandzel, Jacek Zych.

Romênia: Cosima Rughiniş, Raisa-Gabriela Zamfirescu, Maria-Loredana Arsene, Timea Barabaş, Denisa Dan, Diana Alexandra Dumitrescu, Radu Dumitrescu, Iulian Gabor, Alina Hoară, Alecsandra Irimie-Ana, Cristiana Lotrea, Anda-Olivia Marin, Bianca Mihăilă, Andreea Elena Moldoveanu, Rareş-Mihai Muşat, Oana-Elena Negrea, Mioara Paraschiv, Codruţ Pînzaru, Adriana Sohodoleanu, Elena Tudor.

Rússia: Anastasia Daur, Andrei Sinelnikov, Elena Zdravomyslova.

Taiwan: Jing-Mao Ho.

Turquia: Gül Çorbacioğlu, Irmak Evren.



Virginia Fontes, teórica marxista de destaque na América Latina reflete sobre a importância do conceito marxista de expropriação para a crítica da economia política e sua aplicação para entender os desenvolvimentos no Brasil desde o golpe parlamentar de 2016.



O XIX Congresso Mundial de Sociologia da ISA ocorrerá em julho de 2018 em Toronto, no Canadá. Patrizia Albanese, presidente do Comitê Organizador Local e cinco jovens acadêmicos oferecem uma visão da atual sociologia canadense.



No ano do aniversário de 200 anos de Marx, sociólogos do mundo todo refletem sobre a contínua relevância da teoria marxista para entender os desenvolvimentos contemporâneos em campos que vão do Estado, da lei ao racismo e feminismo.



A **Diálogo Global** é possível graças à generosa colaboração da **SAGE Publications**.

> Nesta Edição

Editorial 2

> FALANDO DE SOCIOLOGIA

Sobre Capital-Imperialismo: entrevista com Virgínia Fontes
Por Guilherme Leite Gonçalves, Brasil 6

> XIX CONGRESSO MUNDIAL DA ISA EM TORONTO

Poder, Violência e Justiça
Por Margaret Abraham, EUA 10

Sociologia canadense e o Congresso Mundial
por Rima Wilkes, Canadá 12

Uma oportunidade para o compromisso, juntos, no Canadá
Por Patrizia Albanese, Canadá 14

Universidades canadenses, entre domesticidade e globalidade
Por François Lachapelle e Patrick John Burnett, Canadá 16

Efeitos da dívida estudantil em canadenses recém-formados
Por Mitchell McIvor, Canadá 17

Tornando-se um cientista cidadão
Por Mickey Vallee, Canadá 18

Trabalho de identidade e líderes políticos no Canadá
Por Elise Maiolino, Canadá 20

Os imigrantes estão ganhando confiança no Canadá?
Por Cary Wu, Canadá 21

> GÊNERO E VIOLÊNCIA

Interseccionalidade, indigenidade, gênero e violência
Por Maggie Walter, Joselynn Baltra-Ulloa e Jacob Prehn, Austrália 23

Violência sexual e “estupro corretivo” na África do Sul
Por Kammila Naidoo, África do Sul 25

Tornar a violência doméstica visível na Polônia
Por Magdalena Grzyb, Polônia 27

Rumo à violência zero?
Por Sylvia Walby, Reino Unido 29

> MARX E A SOCIOLOGIA HOJE

200 anos de Marx 31

Marx e a sociologia, 2018
Por G.M. Tamás, Hungria 32

A relevância permanente da tradição marxista para transcender o capitalismo
Por Erik Olin Wright, EUA 34

O feminismo confronta o marxismo
Por Alexandra Scheele, Alemanha, e Stefanie Wöhl, Áustria 36

Marx e o Estado
Por Bob Jessop, Reino Unido 38

Landnahme capitalista: uma nova abordagem marxista da lei
Por Guilherme Leite Gonçalves, Brasil 40

Marx e a sociologia na Índia
Por Satish Deshpande, Índia 42

Marx no século XXI
Por Michelle Williams, África do Sul 44

Marx e o Sul Global
Por Raju Das, Canadá, e David Fasenfest, EUA 46

> SEÇÃO ABERTA

Desigualdades de classe e lutas sociais na China
Por Jenny Chan, Hong Kong 48

Um estudo comparativo de universidades públicas e privadas na Índia
Por Niharika Jaiswal, Índia 50

Apresentando a nova (e não tão nova) equipe editorial 52

“Nesta difícil fase da história, nós, sociólogos, não podemos nos dar ao luxo de manter uma distância apática dos conflitos e contestações de nosso tempo, pois, do contrário, corremos o risco de nos tornarmos irrelevantes para a sociedade civil.”

Margaret Abraham

> Sobre capital-imperialismo

Uma entrevista com Virgínia Fontes



Virgínia Fontes.

Virgínia Fontes é uma das pensadoras marxistas mais destacadas da América Latina. Foi professora de História Social na Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora sênior na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no Rio de Janeiro, Brasil. Em seu livro *Reflexos im-pertinentes: História e capitalismo contemporâneo*, publicado em 2005, ela examinou o desenvolvimento do capitalismo e suas novas formas de mercantilização por meio de uma combinação de reflexão teórica e análise empírica. Com base no conceito de expropriação, sua pesquisa reflete uma recuperação da crítica da economia política na teoria social. A aclamada publicação de 2010 *O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e história* marcou o ponto alto de sua reflexão. Em um diálogo crítico com um dos autores mais importantes da Teoria Marxista da Dependência, Ruy Mauro Marini, ela propôs uma nova teoria do imperialismo que foi capaz de mover o marxismo latino-americano para além das teses da década de 1960. Aqui ela é entrevistada por **Guilherme Leite Gonçalves**, professor de Sociologia do Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Guilherme Leite Gonçalves: Na produção e circulação do conhecimento, a teoria da dependência é caso exemplar de superação da subalternidade intelectual que assombra o pensamento latino-americano. Ela se difundiu globalmente em diversas áreas de estudo, da economia política à sociologia da ciência. Seria possível explicar o reconhecimento alcançado à luz de seu

potencial descritivo e crítico das estruturas da sociedade capitalista?

Virgínia Fontes: Há sério esforço teórico para desvencilhar a Teoria Marxista da Dependência (TMD) de abordagens com desdobramentos políticos “adaptativos” e não anticapitalistas. O livro de W. W. Rostow, *Etapas do*

>>

desenvolvimento capitalista - manifesto não comunista (1959) tornou-se mantra das instituições internacionais, impondo etapas que os países “subdesenvolvidos” deveriam cumprir para “desenvolver-se”. Inúmeras análises demonstraram sua falsidade. Entidades da ONU – como a CEPAL – mostraram que a expansão do capitalismo bloqueava o desenvolvimento de países retardatários, pois a “troca desigual” drenava a riqueza produzida, impedindo sua industrialização. Outros consideraram o subdesenvolvimento como a forma do desenvolvimento capitalista nas periferias. Apesar de críticas, tais teorias permaneciam enredadas no tema do “desenvolvimento do capitalismo”.

A TMD supera os limites dessas abordagens, analisando a expansão do capitalismo malgrado o aprofundamento das desigualdades. Realizou duas contribuições fundamentais: abordar o conjunto das relações capitalistas e analisar através da teoria do valor as formas específicas pelas quais o capitalismo se expandia nas periferias. Realizou enorme salto teórico e prático, reiterando a necessidade de superar o próprio capitalismo - e não meramente o subdesenvolvimento ou formas diversas de dependência.

GLG: Em sua obra, há uma admiração crítica à tese de Ruy Mauro Marini sobre o capitalismo periférico. Para Marini, a dependência da burguesia latino-americana levaria a um desenvolvimento capitalista deformado na região, baseado no truncamento da lei do valor em favor da superexploração do trabalho. Isto é: ao transformar fundo necessário de consumo do trabalhador em fundo de acumulação do capital, a burguesia periférica conseguiu, de um lado, manter parcela da mais-valia e, de outro, remeter parte dos excedentes ao centro. Quais as dificuldades dessa tese?

VF: Marini é pensador fundamental e lega dupla reflexão. Para ele, o destino de cada país periférico no conjunto das nações capitalistas não está traçado definitivamente. Há variáveis provenientes do imperialismo, da acumulação capitalista local, das lutas sociais, do Estado. É uma análise embebida de historicidade, recusando reducionismos e uma hierarquia de países fixa e imóvel. Chegou à constatação do subimperialismo brasileiro num contexto de alterações no capitalismo internacional. Ademais, abordou estruturalmente a lei do valor sob o imperialismo: a superexploração dos trabalhadores nas periferias e a cisão entre os ciclos produção/consumo explicavam a transferência de valor em direção aos centros. Marini manteve acesa a contradição entre o imperialismo e a universalidade da teoria do valor (Marx), e entre as particularidades nacionais e as tensões imperialistas.

São teses fortes e merecem constante releitura, pois abordam simultaneamente a expansão das relações capitalistas e os processos desigualmente renovados da dependência. Permitem inferir que a dependência não

gera posições fixas, nem se resume a subciclo constante no interior do capitalismo, mas aprofunda suas contradições. Analisei a expansão das relações sociais capitalistas no Brasil em período posterior, após intensas expropriações dos trabalhadores do campo. Reduzindo-se a “reserva” camponesa, cresceu a tendência a generalizar-se a lei do valor – e não a truncá-la –, em função das necessidades histórico-sociais de reprodução da força de trabalho, com lutas mais intensas, que conseguiram pequenas melhorias, seguidas de agressivo ciclo de expropriações secundárias promovidas pelo capital. Estas assolam também os países centrais. A tese da superexploração deve ser permanentemente investigada à luz das condições internacionais.

Também com relação à cisão entre produção e consumo houve modificações. Nos anos 1960, a indústria brasileira produzia bens de consumo suntuários (automóveis, geladeiras, etc.), direcionados a escassos grupos sociais ou à exportação. A partir de 1970, o crédito ao consumidor ampliaria o acesso a tais bens e modificaria a distância entre a produção e o consumo, ainda que aprofundando as desigualdades. Marini definiu o subimperialismo brasileiro pela exportação de mercadorias (dado o subconsumo resultante da superexploração dos trabalhadores) e pela autonomia relativa do Estado. Eu enfatizei, partir da década de 1990 e no século XXI, deslocalizações de empresas brasileiras para outros países periféricos (América do Sul e África) e a constituição de multinacionais brasileiras exportando diretamente capitais ou explorando força de trabalho e bens naturais em outros países. Não vejo em Marini a suposição de um capitalismo “deformado” nas periferias, o que sugeriria uma etapa prévia em direção a um “capitalismo normalizado”, como condição para sua superação. Essa é uma falsa premissa.

GLG: Qual a diferença entre o conceito de subimperialismo de Marini e seu conceito de capital-imperialismo? Por que capital-imperialismo?

VF: Várias décadas separam nossas análises. Marini enfatizou o processo estrutural de transferência de valor; eu procuro correlacionar a produção social de seres disponíveis para o trabalho (expropriações), as formas específicas de concentração e internacionalização da propriedade, as novas modalidades de extração de valor, e o redesenho dos Estados e da política (partindo de Gramsci). A exasperação das contradições sociais responde cada vez mais à oposição entre capital e trabalho, mesmo quando deslocada para as tensões inter-capital-imperialistas.

Denominei de capital-imperialismo a expansão em nova escala do capitalismo, *consorciando capitais concentrados e concorrentes*. A dominação interna do capital exige expansão externa, via mercados, exportações, pela circulação de capitais, e impulsiona expropriações de populações inteiras do acesso à terra, de direitos e

de suas condições de existência ambiental e biológica. Generalizaram-se relações sociais fundamentais para o capital, tendo como cimento um intenso anticomunismo. Fortaleceram-se novas burguesias e alguns Estados periféricos, mas reduziu-se a diversidade de sua organização política a um molde nominalmente “democrático”. A escala da centralização e concentração do capital no centro e em algumas periferias resulta no predomínio de uma fusão pornográfica da “pura propriedade”, cada vez mais “abstrata” e “social”. Punhados de grandes proprietários de capital têm urgência de valorizá-los em diversos pontos do planeta, e impulsionam “capitalistas funcionantes” às modalidades mais diversas, inclusive brutais, de extração de valor. Absolutiza-se a propriedade privada dos *recursos sociais de produção* (capacidade de reunir meios de produção e força de trabalho para a extração de valor). Intensificam-se expropriações múltiplas, impulsionando novas e terríveis formas de trabalho através da industrialização de qualquer atividade humana e da exacerbação da concorrência entre trabalhadores.

Procurei fugir de dois termos: neoliberalismo e crise. O assim chamado neoliberalismo não é a derrocada de um capitalismo “civilizado”, pois resulta da expansão daquele capital-imperialismo, e não de sua crise. Vivemos sob sua dramática ampliação; as crises geradas incidem sobre crescentes massas de trabalhadores, sem sequer arranhar a “pura” propriedade. A dilatação territorial do capital corresponde a um bloqueio dessa historicidade expandida, pelo encapsulamento político no espaço nacional das massas trabalhadoras. Grande parte da humanidade integra a socialização do processo produtivo e/ou de circulação, renovando-se as desigualdades. Generaliza-se o formato representativo-eleitoral, mas a democracia é reduzida a um modelo censitário-autocrático, similar a assembleias de acionistas. A atuação política torna-se bipolar: internacionalizada para o capital e fragmentada para o trabalho. Há intenso ativismo burguês, seja através das entidades oficiais internacionais (ONU, UNESCO, OMC, BM, FMI), da política informal (disseminação de entidades empresariais sem finalidades lucrativas) e na política formal, por dentro dos Estados, através de comissões de especialistas e de bloqueios constitucionais a qualquer tentativa popular de superar a forma capitalista. Uma burocracia educada e financiada pelo capital predomina sobre a burocracia pública no interior dos Estados, reduzindo as margens de atuação dos subalternos e o caráter democrático dos Estados. Essa expansão – e não sua crise – conduz a novas tensões nacionais e internacionais, entre classes sociais e entre países capital-imperialistas.

GLG: Na base da noção capital-imperialismo, está a discussão sobre expropriações, que se remete à reflexão de Marx sobre a assim chamada acumulação primitiva. Há uma longa tradição desse debate que remonta a Rosa Luxemburgo. Como você se situa no interior dessa tradição? O que significa expropriação e qual sua relação com a extração da mais-valia?

VF: Marx insiste que as expropriações integram a dinâmica social capitalista. Não são apenas seu “momento prévio”. A existência de trabalhadores livres constitui a base social para que possa dilatar-se a relação social crucial, imbricando capital e trabalho para a extração de valor (valorização do valor). Essa disponibilização massiva tendencialmente atinge hoje toda a população, convertendo seres singulares em mera necessidade, em disposição imperativa para a venda de força de trabalho sob quaisquer condições. A expropriação massiva é condição social inicial, meio e resultado da expansão capitalista.

Até recentemente a grande maioria da população mundial estava no campo, sob condições pré-capitalistas. O mundo rural aparecia como efetiva exterioridade frente ao capitalismo urbano, mas isso mudou. Rosa Luxemburgo considerava que a expansão do capital necessitava de fronteiras não capitalistas, pela impossibilidade da realização mercantil no contexto estrito das sociedades capitalistas. David Harvey modificou a formulação e afirma que o capitalismo na atualidade produz tais externalidades (a “desposseção”, que constituiria um desdobramento ulterior a um capitalismo “normalizado”). Discordo: não houve capitalismo “normalizado”, e os países nos quais isso pareceu ocorrer mantiveram formas bárbaras de extração de valor de cunho imperialista. São teses sugestivas, mas precisamos insistir que a relação social básica, *interna* (e não externa) ao capital, é a da produção de necessidades e, a primeira delas, a de seres sociais necessitados de proverem a própria subsistência através de mercados. Rosa Luxemburgo permite tensionar a suposição de um capitalismo acomodado ao existente, lembrando-nos o papel avassalador da expansão contínua das relações sociais capitalistas.

GLG: Quão fundamental é o conceito de expropriação para compreender a análise marxista como uma crítica à economia política?

VF: Não é mais possível ignorar as expropriações, pois, enquanto as do povo do campo continuam, novas formas atacam populações urbanizadas secularmente. A estas últimas denomino *expropriações secundárias*. Elas não são uma perda de propriedade dos meios de produção, como a terra. Expropriações secundárias atuais agem em dois formatos: 1) assemelhadas às expropriações parlamentares inglesas (e europeias) dos séculos XVI a XVIII: uma contínua e extensa retirada de direitos, inclusive aqueles associados aos contratos de trabalho, suprimindo o próprio contrato em muitos casos; privatizações de empresas públicas e abertura de enormes setores de atividade à extração de valor, especialmente na educação e na saúde (industrializando-os); 2) expropriações sobre elementos da natureza, de uso até então social e cuja propriedade monopolizada parecia impossível, como as águas doces e salgadas, as florestas e outros elementos naturais. A expropriação de elementos da própria biologia, natural e humana, é inquietante.

Constituem-se monopólios das condições de reprodução da vida: patentes de vida biológica e humana; uso de sementes transgênicas terminator, e colonizadoras das sementes nativas, que arriscam eliminar a capacidade natural de reprodução das principais culturas alimentares humanas (milho, arroz, trigo e soja).

Apontar a correlação entre concentração da propriedade dos recursos sociais de produção e das expropriações evidencia inexistir capitalismo sem trabalho e sem extração de valor. Assumem formas múltiplas e associadas, desde as mais bárbaras às mais “inovadoras”. Aumenta a concorrência internacional imposta aos trabalhadores, desprovidos de meios internacionais de enfrentamento. Não basta falar de “financeirização”, como se houvesse bons (produtivos) e maus (financeiros) capitalistas. Eles estão unidos, atuam em praticamente todos os setores e todos dependem da extração de valor dos trabalhadores.

GLG: Como você explica o golpe parlamentar brasileiro de 2016?

VF: O tema é complexo. O Brasil é um país capitalista pelas relações sociais predominantes (expropriações primárias e secundárias massivas e centralização/concentração do capital, com formas múltiplas de extração de valor, inclusive as mais brutais), além de uma industrialização realizada em estreita conexão (subalterna) com a expansão do capital-imperialismo. As burguesias brasileiras são truculentas, mas não são frágeis e tiveram papel ativo na defesa do capital-imperialismo. Estão associadas a estrangeiros, estadunidenses e outros. Experimentaram contínuo crescimento desde 1990, com as privatizações e doações de capital dos governos de Fernando Henrique Cardoso, além de retiradas de direitos dos trabalhadores e, em seguida, com as políticas neodesenvolvimentistas e de apoio às “campeãs nacionais” dos governos do Partido dos Trabalhadores-PT, que também expropriaram direitos embora mais discretamente. Burguesias brasileiras implementaram maneiras oficiais – financiamento direto de campanhas e de candidatos - e extra-oficiais de atuação política. Através de entidades sem fins lucrativos (fundações e outras associações empresariais) tentam neutralizar iniciativas das classes trabalhadoras (inclusive sindicais) por

cooptação, pelo estrangulamento por escassez de recursos ou criminalização, ou por convencimento, através da adoção e financiamento de algumas dessas iniciativas.

O golpe de 2016 originou-se numa crise econômica iniciada entre 2013-2014 que desarrumou os arranjos vigentes. A corrupção tornou-se mais cara e levou setores burgueses mais frágeis a denunciar os demais, especialmente seu caro conluio com parlamentares. Algumas empresas brasileiras multinacionalizaram-se, agudizando tensões internas e externas. Seus arranjos locais foram denunciados por concorrentes estrangeiros. A perseguição judicial contra alguns dos maiores proprietários mostra que interna e externamente teriam de readequar-se. A unificação dessas classes dominantes se deu em torno da aceleração e aprofundamento de expropriações secundárias brutais sobre os trabalhadores, mas tensões permanecem.

A recente democracia brasileira sob o capital-imperialismo supunha apaziguar a população (as “migalhas”) assegurando apoio à internacionalização de capitais brasileiros. O PT afiançava o processo. Admitia-se uma esquerda pró-capitalista, mas isso aumentava a concorrência eleitoral e seu custo (econômico e simbólico). Entidades brasileiras com o apoio de congêneres da extrema-direita norte-americana financiaram intensa campanha anticomunista, criminalizando o PT e visando a impedir que *qualquer esquerda consequente* alcance protagonismo político. A concentração monopólica das televisões impôs um diktat unilateral, acompanhado por extrema violência policial e paramilitar contra os recalcitrantes e os setores populares em geral. Tudo isso por dentro da institucionalidade burguesa, mantida a divisão de poderes. Há uma acelerada *constitucionalização* dos interesses do capital assegurando expropriações e formas desregradadas de extração de valor, além de garantir os rendimentos dos proprietários da dívida pública (nativos ou não). A Constituição vale sobretudo quando convém aos interesses capitalistas (brasileiros ou de estrangeiros). ■

Contato com:
Guilherme Leite Gonçalves <guilherme.leite@uerj.br>
Virgínia Fontes <virginia.fontes@gmail.com>

> Poder, violência e justiça

Por **Margaret Abraham**, Universidade de Hofstra, EUA, Presidente da ISA e Diretora do Comitê do XIX Congresso Mundial de Sociologia da ISA



O Centro de Convenções Metro Toronto será o palco do XIX Congresso Mundial de Sociologia da ISA, de 15 a 21 de julho de 2018.

É difícil acreditar que estamos há apenas alguns meses do XIX Congresso Mundial de Sociologia em Toronto, no Canadá. Desde o nascimento da disciplina, os sociólogos se preocuparam com o poder, a violência e a justiça – e suas marcas na sociedade. Os desafios sociais, econômicos e políticos da atualidade acentuam a relevância dessas preocupações sociológicas. Os tempos atuais exigem que nos envolvamos urgentemente com esses temas. Nosso congresso, com seu tema “Poder, violência e justiça: reflexões, respostas e responsabilidades”, oferece aos sociólogos e outros cientistas sociais uma plataforma para dialogar, debater e considerar formas de encarar essas preocupações centrais que impactam nossas vidas de tantas maneiras.

Foram organizadas aproximadamente 1.200 sessões e recebidos mais de 10.000 resumos. Mais de 5.000 participantes do mundo inteiro virão a Toronto, no Canadá, de 15 a 21 de julho de 2018, para trocar conhecimento e ideias, refletir e oferecer uma gama de perspectivas sobre as questões levantadas pelo tema do Congresso. O tema do XIX Congresso Mundial da ISA refere-se ao poder – político, social, cultural e econômico –, que é a força dominante a moldar e mudar a sociedade. O espectro de tópicos abordados aponta para os desafios mas também para a nossa determinação de encontrar soluções para a violência e a injustiça que afetam nosso mundo.

> Preocupações centrais da sociologia e da sociedade

Sabemos que uma das preocupações centrais dos sociólogos é estudar criticamente o comportamento social e as instituições. Contudo, não basta entender por que as coisas são como são. Também devemos usar nosso conhecimento sociológico para transformar o mundo para melhor. Nessa busca, precisamos encarar as questões que impactam as estruturas sociais, as relações e os comportamentos, e dialogar com o público a respeito das questões centrais de nosso tempo. Isso necessariamente significa mobilizar a sociologia para questionar o poder e os poderosos; para investigar e criticar, por exemplo, histórias coloniais e apropriações recentes de terras; para refletir sobre as estruturas e processos culturais que perpetuam a violência contra povos indígenas e minorias; para revisar o patriarcado e a contínua violência e discriminação contra as mulheres; para estudar a violência das guerras e dos conflitos pós-coloniais, a pobreza e o racismo, a violência de gênero e interseccional, e ainda a migração e a depauperação. Tudo isso com o objetivo de criar um mundo mais justo. Nesse contexto, “poder”, “violência” e “justiça” são termos chave que sintetizam os assuntos fundamentais do mundo atual, aqueles que precisamos encarar e, assim, materializar as preocupações contidas no tema do XIX Congresso Mundial de Sociologia da ISA.

Estamos em meio a um caldeirão de violência, guerras, conflitos e ódio, uma época em que os sistemas existentes estão em convulsão, instituições reverenciadas se desmantelam e a própria democracia encontra-se em crise. Em muitos lugares do mundo, o Estado é visto como um instrumento que encoraja o hiper nacionalismo e a xenofobia, e abusa de seu poder para perseguir minorias e grupos não conformistas. Oligarquias hegemônicas perpetram ataques violentos contra nações menores e vulneráveis, enquanto as instituições encarregadas em manter a ordem internacional assistem impotentes. Ideais igualitários foram transformados em ferramentas maleáveis a serviço dos poderosos, e nações inteiras são devastadas com a desculpa de “promover a democracia”. A “guerra ao terror” tem sido utilizada como álibi perfeito para limitar as garantias e os direitos individuais. O que isso significou para a liberdade, a justiça e a democracia? No centro da violência e do ódio que assolam nosso mundo estão as gritantes injustiças e desigualdades geradas por um regime econômico neoliberal que funciona exclusivamente em função do mercado e do lucro. Ao mesmo tempo, o poder estatal é utilizado rotineiramente em diversos países para proteger a hegemonia de uma poderosa elite e manter o *status quo*. Nem a predominância do Estado nem o poder do mercado conseguiram criar um mundo melhor. Nesse contexto conflituoso, nossa responsabilidade, como sociólogos, é questionar e colocar à prova as instituições, crenças, ideologias e práticas dominantes que parecem aumentar ainda mais as desigualdades e injustiças.

No meio dessa tristeza, surge um brilho de esperança em grupos, movimentos não-violentos, intervenções humanitárias e processos de paz que conseguiram fortalecer comunidades, diminuir a violência e promover a justiça. Movimentos de protesto que se opuseram à tirania, à fissura entre os privilegiados e os outros, aos danos ambientais, ao desemprego e outras injustiças ameaçaram os detentores do poder. Todavia, quando a resistência murcha ou os movimentos não conseguem se sustentar para garantir o processo de transformação institucional é quase inevitável um retorno ao *status quo*, muitas vezes acompanhado da intensificação da repressão. A trajetória dos protestos e movimentos é um lembrete sombrio de que a luta pela justiça social não tem fim e frequentemente é frustrante, mas também de que não devemos desistir! Ao levantar questões seminais em torno ao bem comum, este Congresso representa os interesses da sociedade civil.

O tema do Congresso é uma afirmação enfática de que nessa fase difícil da história nós, sociólogos, não podemos manter uma distância apática dos conflitos e lutas de nosso tempo; do contrário, corremos o risco de nos tornarmos irrelevantes para a sociedade civil, os grandes interessados naquilo que fazemos. E isso significa que devemos produzir uma potente sociologia pública global e contextualizada, a qual precisa atacar os complexos problemas de nosso mundo. Uma reunião tão grande de sociólogos, cientistas sociais, jornalistas e ativistas não pode ignorar as fortes correntes políticas, econômicas e sociais que impactam a sociedade civil. Tanto a violência quanto a construção da justiça social, no tocante à desigualdade, o etnocentrismo, o hiper nacionalismo, a xenofobia e os direitos humanos devem, necessariamente, estar no centro de nossas discussões.

A sociologia integra percepções de outras disciplinas e, portanto, tem o potencial único de oferecer contribuições significativas na busca por respostas às preocupações mais urgentes da sociedade. Nosso tema “Poder, violência e justiça” ressoa em disciplinas como ciência política, economia, antropologia, psicologia e história – e todas proporcionam perspectivas distintas sobre o mundo, constituindo-se em parceiros cruciais na luta interminável pela justiça social. Nessa empreitada global para gerar e compartilhar conhecimento, assim como se desenvolver ações coletivas em nome da mudança social, o XIX Congresso Mundial de Sociologia da ISA será uma plataforma para sociólogos e participantes de diferentes disciplinas compartilharem suas perspectivas a respeito dos tópicos abarcados pela ampla gama de sessões. Mal podemos esperar para vê-los em Toronto! Acredito que juntos poderemos aprofundar nossa compreensão a respeito dos complexos desafios sociais, econômicos e políticos de nosso mundo turbulento e encontrar modos efetivos de combater as forças que impõem violências e corrompem a igualdade e a justiça. ■

Contato com Margaret Abraham
<Margaret.Abraham@Hofstra.edu>

> Sociologia canadense

CSA

Canadian Sociological Association
La Société canadienne de sociologie

SCS



Committing Sociology
Since 1964

www.csa-scs.ca

e o congresso mundial

Por **Rima Wilkes**, Universidade da Colúmbia Britânica, presidenta da Associação Sociológica Canadense, coordenadora do Programa do Comitê de Pesquisas sobre Lógica e Metodologia do ISA (RC33) e membro do Comitê Organizador Local do XIX Congresso Mundial de Sociologia da ISA

Os sociólogos canadenses e os membros da Associação Sociológica Canadense (<http://www.csa-scs.ca/>) estão muito empolgados com a chance de organizar o XIX Congresso Mundial de Sociologia da ISA. O Congresso acontecerá em Toronto, Ontário, Canadá, de 15 a 21 de julho de 2018. Os participantes se encontrarão nas terras dos Wendat, da nação Anishinabek e da Confederação Haudenosaunee, que juntas formam o *Dish With One Spoon Wampun Belt Covenant*, um acordo de compartilhamento pacífico e proteção da região dos Grandes Lagos e das terras dos Mississauga da reserva *New Credit First Nation*.

Os processos de reconhecimento territorial têm se tornado eventos públicos cada vez mais comuns no Canadá e, portanto, merecem explicação. Em sua raiz está o longo ativismo indígena e, mais recentemente, a atenção conquistada pela Comissão da Verdade e Reconciliação sobre as Indian Residential Schools (Escolas Residenciais Indígenas), em atividade entre 2008 e 2015.

Os sociólogos do Canadá estão ansiosos para receber acadêmicos de todo o mundo.

>>

Ainda que o reconhecimento não seja uma panaceia para os males passados e presentes, as questões levantadas encaixam-se bem no tema geral do Congresso Mundial de Sociologia – “Poder, Violência e Justiça: Reflexões, Respostas e Responsabilidades”. No contexto canadense, o reconhecimento às vezes é usado para expressar estima e gratidão, assim como para mostrar que se tem consciência da existência de um povo e de sua história territorial. O reconhecimento é também uma prática política, já que oferece um lembrete agudo – em especial para os não-indígenas – a respeito da colonização, das obrigações decorrentes de tratados e do fracasso do Estado canadense em honrá-los.

O Congresso Mundial da ISA será uma oportunidade ímpar para escutar, aprender e dialogar com pesquisadores de todo o mundo sobre questões candentes levantadas por práticas como o reconhecimento e muitas outras. Enquanto alguns participantes comparecerão pela primeira vez, outros já têm décadas de experiência. O envolvimento com a ISA e com o Congresso Mundial em particular nos coloca a todos em contato de um modo que de nenhuma outra forma seria possível.

O Congresso também oferece aos sociólogos canadenses a oportunidade de se envolverem com o mundo. Entre os

pontos fortes da sociologia canadense está um compromisso real e genuíno com o pluralismo teórico e metodológico. Os sociólogos canadenses, como seus colegas de outros países, estão abertos a uma realidade empírica diversa e em eterna mudança. Assim, os 1.000 membros da associação pertencem a mais de 28 subgrupos de pesquisa, que vão da sociologia aplicada à teoria social, passando pela sociologia relacional, da ciência e da tecnologia e conhecimento. Algumas das melhores contribuições dos membros e grupos de trabalho são publicadas na *Canadian Review of Sociology/Revue canadienne de sociologie* <https://www.csa-scs.ca/canadian-review/>, o carro-chefe entre as publicações da Associação Sociológica Canadense.

Ao ler a revista e conhecer as pessoas nas reuniões da ISA, você verá que os sociólogos canadenses são profundamente comprometidos com a justiça social, com a utilidade de suas contribuições e com a sociologia pública. Apesar disso, é claro, muito ainda deve ser feito. O Congresso Mundial será uma chance para os sociólogos de todo o mundo explorarem tanto as diferenças como as similaridades de nossas experiências e respostas ao poder, à violência e à justiça. Esperamos ansiosamente por vocês neste verão! ■

Contato com Rima Wilkes <wilkesr@mail.ubc.ca>

> Uma oportunidade para o compromisso, juntos, no Canadá

Por **Patrizia Albanese**, Universidade Ryerson, Canadá, e Chefe do Comitê Organizador Local do XIX Congresso Mundial de Sociologia da ISA



No dia 1º de julho de 2017 o Canadá comemorou seu sesquicentenário. Ao longo de todo o ano, os canadenses foram incentivados a se sentirem contentes por serem canadenses e viverem no que pode ser considerado, de acordo com muitos índices – PIB, taxas de alfabetização, participação das mulheres na força de trabalho, proporção da população no ensino superior etc. –, um dos melhores países do mundo para se viver. Se há muito a comemorar, há também muito a criticar.

> O paradoxo do Canadá

É inegável que nossos indicadores agregados e nossa posição global são impressionantes; a não ser, é claro, que você seja imigrante recente, uma pessoa com deficiência, indígena, mãe solteira, membro de um grupo racializado, viva no norte do Canadá ou seja chefe de uma família se virando com múltiplos empregos de meia jornada para conseguir alimentá-la. Nesse caso, sua vida será mais provavelmente caracterizada pela discriminação, precariedade, pobreza e resiliência.

Tomados em conjunto, os cinco artigos de pesquisadores canadenses publicados neste número da *Diálogo Global* pintam o país como um paradoxo. Por exemplo, Wu aponta que o Canadá é um país com alto nível de “confiança” mútua,

enquanto McIvor mostra significativas desigualdades e crescentes dívidas estudantis. É um lugar onde, como sugere Maiolino, elegemos um Justin Trudeau jovem e aparentemente progressista, ao mesmo tempo em que vemos uma candidata a prefeita pertencente a uma minoria – Olivia Chow, numa das cidades mais diversas do Canadá, Toronto – ser obrigada a negociar e mobilizar sua identidade de um modo tal que seus oponentes brancos e homens não necessitam. Continuamente tentamos nos diferenciar dos Estados Unidos, mas, como mostram Lachapelle e Burnett, estudamos e trabalhamos em universidades nas quais o capital científico americano predomina. O texto de Vallee nos lembra vivamente da beleza natural do Canadá, mas também de suas espécies e meio ambiente sob ameaça.

O Canadá tem qualidades, mas a vida de muitos de seus habitantes está aprisionada em uma rede intrincada de desigualdades. Apesar de não ter estado livre de tropeços, a sociologia do Canadá sempre buscou expor essas desigualdades. E isso não passou despercebido pelo ex-primeiro ministro (conservador) Stephen Harper.

> Sociologia comprometida no Canadá e alhures

Em 2013, em resposta a um ataque terrorista fracassado que tinha como alvo um trem de passageiros, o então primeiro-ministro Stephen Harper disse que não era hora para

>>

“sociologia”. Na mesma linha, no outono de 2017, o presidente da Suprema Corte Americana, John Roberts, comprou briga com toda a disciplina ao rebater um argumento dizendo se tratar de “baboseira sociológica”. Declarações como essas não são totalmente surpreendentes, dado que nós sociólogos costumamos desafiar as autoridades quando encaramos questões ligadas a poder, violência e (in)justiça em nossas pesquisas, aulas e ações.

Em resposta ao “não é hora para sociologia”, nós respeitavelmente discordamos! O tumultuoso cenário sociopolítico e as incertezas ambientais que assombram o planeta mostram que este é o momento certo. A Associação Sociológica Internacional (ISA) e a Associação Sociológica Canadense (CSA) acreditam que esta é a hora de fazer sociologia em escala global, às vésperas de recebermos milhares de participantes para o XIX Congresso Mundial de Sociologia da ISA em Toronto, em julho de 2018.

O XIX Congresso Mundial de Sociologia, com o tema “Poder, Violência e Justiça: Reflexões, Respostas e Responsabilidades”, escolhido por sua presidenta – a inspiradora e incansável Margaret Abraham –, vai oferecer aos sociólogos do mundo todo um espaço para propor ações e buscar mudanças nestes tempos especialmente agitados. O evento e seu tema oportuno proporcionarão a troca de ideias, teorias, recomendações e atuações entre pesquisadores e ativistas de todas as partes.

> **Sociologia canadense no XIX Congresso Mundial da ISA**

O XIX Congresso Mundial da ISA também oferecerá aos sociólogos canadenses a oportunidade única de mostrar suas pesquisas e parcerias. Para além das centenas de pesquisadores que participarão ativamente do Congresso, a ISA ofereceu à Associação Sociológica Canadense quatro sessões de destaque na programação: as “Sessões Temáticas Canadenses”. Elas resultam de uma chamada nacional e foram estabelecidas por meio de um processo competitivo de avaliação. A seleção levou em conta a oportunidade e relevância das contribuições, seu alcance pan-canadense e seu valor social e histórico. Elas incluem o trabalho de mais

de vinte acadêmicos proeminentes e em ascensão, os quais, acreditamos, darão aos participantes um “gostinho” da sociologia canadense. Por favor, junte-se a nós em alguma das Sessões Temáticas Canadenses:

- O que a sociologia pode ensinar sobre a inclusão de crianças e jovens refugiados?
- Como o Estado molda os movimentos sociais.
- Sociologia canadense em tempos incertos: refletindo sobre o passado e confrontando o futuro.
- Mulheres indígenas desaparecidas e assassinadas no Canadá: o que a sociologia pode mostrar?

O Comitê Organizador Local Pan-Canadense – formado por Sherry Fox, administradora da CSA; Dr. Jim Conley, Universidade de Trent; Dr. Evie Tastsoglou, Universidade de Saint Mary; Margaret Bancercz, doutoranda, Universidade Ryerson; Dr. Mark Stoddart, Universidade Memorial; Dr. Simon Langlois, Universidade Laval; Dr. Susan McDaniel, Universidade de Lethbridge; Dr. Rima Wilkes, Universidade da Colúmbia Britânica; e Dr. Myrna Dawson, Universidade de Guelph – acredita que é importante destacar o poder, a violência e a injustiça que se manifestam nas lutas e na mobilização coletiva dos povos indígenas em nosso país. Nós trabalhamos para capturar esse assunto poderoso na logomarca do Congresso Mundial, desenhada pela artista indígena-canadense Lydia Prince. O Congresso é uma plataforma importante para colocar em evidência o trabalho de pesquisadores e ativistas canadenses que têm buscado trilhar um caminho para a reconciliação e um futuro melhor.

O XIX Congresso Mundial da ISA é uma oportunidade para nos juntarmos e tocarmos ideias e soluções em torno a temas como desempoderamento, violência e injustiças. É um momento para debater, ter novas ideias, estabelecer redes e planejar os próximos passos na construção de sociedades mais justas. Também é hora de celebrar quem nós somos e o que fazemos enquanto sociólogos. Junte-se a nós! Estamos esperando ansiosamente sua chegada em Toronto em julho. ■

Contato com Patrizia Albanese <palbanes@soc.ryerson.ca>

> Universidades Canadenses, entre domesticidade e globalidade

Por **François Lachapelle** e **Patrick John Burnett**, Universidade da Colúmbia Britânica, Canadá



Redes de interação de PhD. Para mais, ver <http://www.relational-academia.ca/canada-network.html>.

Foto por Relational-Academia.

Nos últimos anos, rankings universitários globais enalteceram o nível de internacionalização das universidades de pesquisa canadenses, enquanto as instituições de ponta do país anunciavam orgulhosamente suas iniciativas para buscar os melhores candidatos ao redor do globo. Na onda da recente instabilidade política nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, as universidades canadenses têm-se mostrado prontas para acolher o fluxo de pessoas escapando de Trump e do Brexit e, assim, puderam avançar ainda mais suas ambições em termos de reputação e excelência globais.

O projeto *Relational Academia* (www.relational-academia.ca) investiga as transformações do que significa ser uma “boa” universidade no Canadá entre os anos 1960 e os dias de hoje. Desde o fim dos anos 1960 até meados dos 1990 – um período de crescente nacionalismo acompanhado da percepção de que havia uma dominação americana no Canadá – uma “boa” universidade era aquela que tinha o compromisso de empregar professores canadenses e ensinar conteúdos canadenses em nome do progresso econômico, moral e civil da cidadania nacional (por exemplo, o *Canadianization Movement* [Movimento de Canadalização]). Nas últimas duas décadas, em contraste, a missão da “boa” universidade mudou. Agora, trata-se de aumentar a inserção internacional dos estudantes, funcionários, professores e ex-alunos, bem como aumentar a presença e o prestígio internacionais da instituição. Para documentar a natureza desta mudança, que levou da domesticidade à globalidade, coletamos as credenciais educacionais de 4.934 cientistas sociais trabalhando nas quinze melhores universidade de pesquisa (o grupo U15) do país entre 1977 e 2017.

Ao examinar o país em que foram obtidos os diplomas de doutorado, os resultados mostram um aumento substancial nas proporções de empregados treinados no próprio

Canadá nas instituições do U15 de níveis baixo e médio, que têm o inglês como idioma principal – o que expressa uma efetiva canadalização ou desamericanização de seus corpos docentes na área de ciências sociais. No mesmo período, contudo, a Universidade de Toronto, a McGill e a Universidade da Columbia Britânica permaneceram dominadas por professores formados nos Estados Unidos (mais de 70%). Entre 1997 e 2017, três países anglófonos – Canadá, Estados Unidos e Reino Unido – respondem por mais de 90% da origem dos doutorados de todos os professores. As instituições do Sul Global – lideradas por duas ex-colônias britânicas, África do Sul (seis vagas) e Índia (quatro) – formaram apenas 19 doutores (menos de 0,5%) empregados nas universidade do U15.

Para além da economia política das universidades de pesquisa do Norte Global, sedentas por aumentar sua proporção de estudantes internacionais, pode-se realmente falar em “corpo docente internacional” nas instituições do U15? A origem nacional do primeiro escalão revela que ao longo dos últimos 20 anos a proporção de acadêmicos nas universidades de ponta que se formaram no nível de graduação fora do mundo anglo-americano dobrou, de 9% para 18%. Em 2017, a metade destes eram professores nascidos em 34 países do Sul Global, mas que tinham feito seus doutorados em universidades americanas.

No primeiro escalão da academia canadense, internacionalização pode ter apenas dois significados: americanização ou internacionalização mediada pelos Estados Unidos. Nossa pesquisa evidenciou a posição central dos Estados Unidos na circulação global assimétrica de conhecimentos, estudantes e pesquisadores. Mas principalmente, para o contexto nacional, também expõe a posição *dominante-dominada* das instituições canadenses, que contribui para a dominância da anglofonia nas ciências sociais em nível global, enquanto se sujeita a uma condição de dominada sob o capital científico dos Estados Unidos. ■

Contato com:
François Lachapelle <f.lachapelle@alumni.ubc.ca>
Patrick John Burnett <pjb@sociologix.ca>

> Os efeitos da dívida estudantil em canadenses recém-formados

Por **Mitchell McIvor**, Universidade de Toronto, Canadá



Foto por Quinn Dombrowski, 2017,
<https://www.flickr.com/photos/quinnanya/37230366906>.
 CC BY-SA 2.0.

Em muitos países, o ensino superior tornou-se sinônimo de prosperidade no mercado de trabalho e foi aclamado como o fator determinante na mobilidade de classe. O ensino superior continua mais importante do que nunca, contudo, aumentos nas mensalidades levaram a um crescimento exponencial da dívida estudantil. Essa tendência está bem documentada, mas os pesquisadores tardaram muito para determinar como o crescimento das dívidas afeta os formandos de primeira geração das universidades. Uma questão, em particular, clama por respostas: como a dívida estudantil impacta a transição dos formandos para o mercado de trabalho? A partir de dados representativos da população canadense sobre formandos do ensino superior em 2010, coletados três anos após a formatura, procurei responder a essa pergunta em minha tese, assim como investigar se tais efeitos são mediados pela origem socioeconômica.

Universitários de primeira geração, comparados com os de segunda, estão em desvantagem em termos financeiros, sociais e de capital cultural. Eles têm menos conexões para encontrar bons empregos depois de formados, menos noção sobre como preparar seus currículos e circular no universo acadêmico, e menos apoio financeiro da família, o que os leva a depender mais de empréstimos. Assim, não surpreende que as dívidas afetem negativamente a

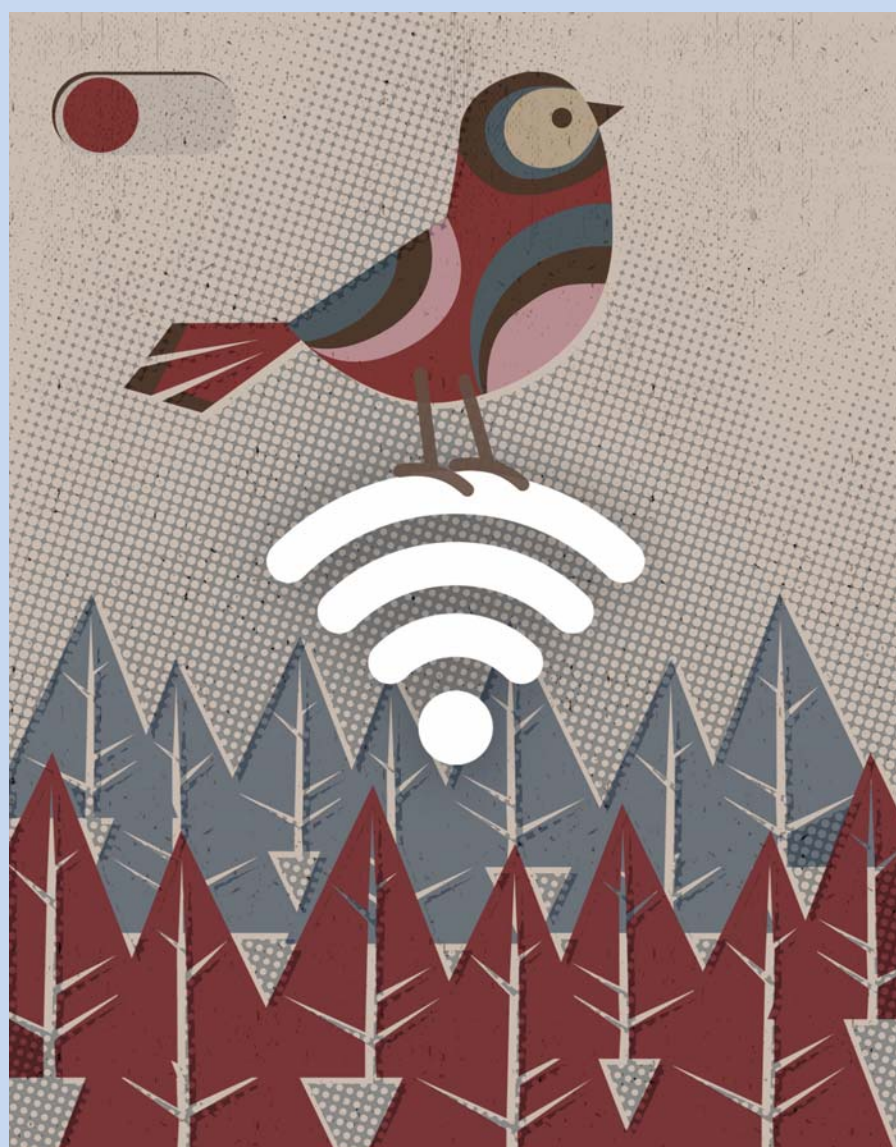
transição para o mercado de trabalho dos universitários de primeira geração. Utilizando técnicas avançadas de regressão, descobri que os altos níveis de endividamento dos universitários de primeira geração estão associados a dificuldades para conseguir os empregos desejados após a formatura, que seus empregos atuais não são aquilo que eles esperavam e que, frequentemente, precisaram mudar de cidade ou de país para arranjar emprego. Além disso, em comparação com universitários de segunda geração, estudantes de primeira geração endividados têm maior probabilidade de conseguir trabalhos temporários, tiveram maior rotatividade de emprego nos últimos três anos, têm menos benefícios trabalhistas e salários menores, três anos após a graduação. Assim, dadas as suas dificuldades para conseguir emprego e suas condições mais precárias no mercado de trabalho, descobri também que os universitários de primeira geração estão menos satisfeitos com suas carreiras e com suas vidas, e é bem menos provável afirmarem que fariam o mesmo curso se pudessem voltar atrás, tanto na comparação com estudantes de primeira geração sem dívidas quanto com estudantes de segunda geração com ou sem dívidas. Essas descobertas têm implicações relevantes para as avaliações que colocam a universidade como grande promotora de igualdade.

Elas sugerem ainda que, quando o endividamento é utilizado para proporcionar acesso à educação superior, ela potencializa a desigualdade e anula os efeitos niveladores da universidade. A dívida estudantil torna desesperada a busca dos universitários de primeira geração por emprego, e as consequências desse desespero são a precariedade, menor qualidade do emprego e menor renda. O fato de que estudantes de primeira geração endividados não escolheriam a mesma formação se pudessem voltar no tempo é particularmente alarmante. Em suma, a pesquisa sugere que deveríamos abandonar uma política que recorra ao endividamento para proporcionar acesso ao ensino superior e, em vez disso, ampliar o acesso por meio de bolsas e da diminuição das mensalidades. ■

Contato com Mitchell McIvor
[<mitchell.mcivor@mail.utoronto.ca>](mailto:mitchell.mcivor@mail.utoronto.ca)

> Tornando-se um cientista cidadão

Por **Mickey Vallee**, Universidade de Athabasca, Canadá



| Ilustração por Arbu.

Quando estou aprisionado em meu processo de escrita, faço uma caminhada. Eu moro em uma área mais remota do Canadá, a uma curta distância de riachos, rios, montanhas e de uma vida selvagem. Gosto de ouvir os pássaros durante essas caminhadas. Tordo-sargentos (conhecidos como pássaros-pretos-da-asa-vermelha), bacuraus, corvos e mariquitas-amarelas disparam seus chamados e seus assobios através das árvores, mais audíveis do que visíveis. Com a intenção de capturar algumas dessas serenatas móveis, recentemente, eu baixei um aplicativo em meu iPhone, *Song Sleuth*, que grava e identifica, automaticamente, várias espécies de pássaros. Ele foi projetado pela *Wildlife Acoustics*, uma empresa com sede em Boston, Massachusetts, EUA. Usando o aplicativo, posso registrar pássaros, identificá-los e enviar os sons gravados (incluindo coordenadas de GPS) para outras pessoas via

e-mail ou mensagens, conectando essas experiências incorporadas e altamente pessoais a uma rede global de pesquisadores de bioacústica e de ouvintes amadores de pássaros, como eu.

O aplicativo usa uma tecnologia de bioacústica simples, eficiente ferramenta de detecção que emite alertas precoces sobre espécies que precisam de intervenção conservacionista. Seguir os sons dos pássaros torna mais fácil para os pesquisadores globais obter uma noção geral de populações em risco, padrões migratórios e comportamentos acerca da seleção de parceiros. Assim, o simples ato de ouvir, ficar em silêncio e perceber os sons ao seu redor pode ter um impacto imediato e duradouro na pesquisa científica profissional.

As equipes de pesquisa acadêmica e profissional em bioacústica consistem em muitos investigadores financiados, que coletam e analisam dados e divulgam os resultados de suas pesquisas publicamente. No entanto, cientistas cidadãos, como eu (com participação informada, consciente e voluntária), que carregam dados gravados durante suas horas de lazer, são, agora, vistos como os principais atores na ampliação dos

quadros de pesquisa em escala global. Esses quadros de pesquisa que fazem uso considerável de dados da ciência cidadã, como a Biblioteca Macaulay da Universidade de Cornell, afirmam que os dados da pesquisa de contribuições públicas atingem níveis nunca antes vistos.

Independentemente das suas contribuições científicas, os cientistas cidadãos também experimentam benefícios significativos para sua saúde: caminhar ao ar livre e desfrutar do privilégio de ver, ouvir e gravar organismos cuja sobrevivência está sob ameaça, e cuja presença não está evidente na vida cotidiana. Crianças, sobretudo, experimentam conexões enriquecedoras com a natureza; e os adultos passam um tempo maior de suas horas de lazer sendo fisicamente ativos. A ciência cidadã, assim, contribui para um estilo de vida não sedentário.

Para além da boa saúde, alguns pesquisadores louvam a ciência cidadã por ela contribuir para um crescente senso de consciência sobre os problemas ambientais. Outros pesquisadores argumentam que, embora a consciência seja, certamente, um resultado ideal da ciência cidadã, é paradoxalmente um desafio medir seus frutos. Vários

estudos, no entanto, provaram que explorações empíricas baseadas em métodos de captação de som, como a bioacústica, estão ligados a uma consciência significativa do espaço. Nesse sentido, incluir cientistas cidadãos na pesquisa de bioacústica é um meio prático e econômico de incluir populações globais e locais em um método que pode contribuir para a consciência espacial (e, por extensão, ambiental).

Estamos contribuindo para a cessação da perda de biodiversidade durante nossas caminhadas? Estamos todos nós cientes do que, em termos de tecnologia, nossos *smartphones* são capazes de conter e de compartilhar? Ou, em nossa relação escorregadia com os organismos da natureza, estamos relutantes em assumir qualquer responsabilidade? Esta é apenas uma das muitas novas possibilidades que temos, agora, para usar a imaginação sociológica em nossa vida cotidiana, isto é, para encontrar a oportunidade de efetuar mudanças na interseção entre biografia, história, estrutura social e tecnologia. ■

Contato com Mickey Vallee
<mjvallee@gmail.com>

> Trabalho de identidade e líderes políticos no Canadá

Por **Elise Maiolino**, Universidade de Toronto, Canadá

O clima político dos últimos cinco anos tem se mostrado um momento adequado para estudar políticas identitárias e as novas candidaturas na política canadense. Durante esse período, três dos políticos mais notáveis do Canadá, que concorreram para três dos principais cargos políticos do país, envolveram-se em cenários eleitorais que exigiram negociações complexas de suas identidades públicas. Embora muitas das dinâmicas exibidas sejam sociologicamente familiares, a escala e o escopo das performances identitárias testemunhadas geram novas perspectivas para os sociólogos, tanto no Canadá como no exterior.

Em seu trajeto para se tornar primeiro ministro, Justin Trudeau jogou mais do que seu chapéu no ringue. Poucos meses antes de se tornar líder pelo Partido Liberal Canadense, Trudeau lutou contra um senador conservador em uma partida de boxe. Sua masculinidade foi julgada. Por meio da análise do discurso de 222 artigos de jornais publicados sobre tal enfrentamento, minha pesquisa argumenta que Justin Trudeau passou de um caráter *precarosamente masculino* para um caráter *suficientemente masculino*, o que transformou a percepção pública acerca de sua aptidão para a liderança. O caso Trudeau gerou o conceito de estratégias *recuperativas de gênero*, sendo ilustrativo de como os líderes políticos trabalham para restaurar suas identidades públicas de gênero.

Um ano após a demonstração de coragem e de virilidade de Trudeau, Kathleen Wynne perguntou aos habitantes de Ontário se eles estavam prontos para um primeiro-ministro gay. Ela fez história ao se tornar a primeira mulher a assumir o cargo de primeira-ministra abertamente lésbica do estado de Ontário. Com base em entrevistas com atores governamentais e organizadores de movimentos sociais em comunidades feministas e LGBTQ, minha pesquisa revela que, mesmo no caso de líderes políticos inovadores, a

identidade e os atos de fala de um político não garantem sua imediata aprovação popular. Em vez disso, os movimentos sociais também dão bastante ênfase na capacidade de um líder político alcançar resultados consistentes e mais concretos. Ofereço uma tipologia de palavras e ações para argumentar que as avaliações dos atores de movimentos sociais acerca das alianças políticas e do envio de mensagens de fidelidade dependem da identidade, dos atos de fala e, também, das ações.

Ao mesmo tempo em que a primeira ministra Wynne estava vivendo seu próprio teto de vidro, Olivia Chow, uma política experiente e progressista, sofreu uma derrota um tanto quanto surpreendente e espetacular durante sua tentativa de se tornar a primeira mulher de uma minoria visível a liderar a maior cidade do Canadá. Depois de deixar seu assento na política federal para concorrer à prefeitura de Toronto, Chow desafiou a agenda conservadora do ex-prefeito Rob Ford e se deparou com alguns obstáculos significativos, como racismo e sexismo flagrantes durante a campanha. Com base em observação participante de vinte debates para prefeito, minha pesquisa destaca o desafio do trabalho de identidade feito na campanha, argumentando que foi requerido a Chow, como candidata das minorias, negociar e mobilizar sua identidade de forma diferente, se comparada aos seus adversários masculinos brancos.

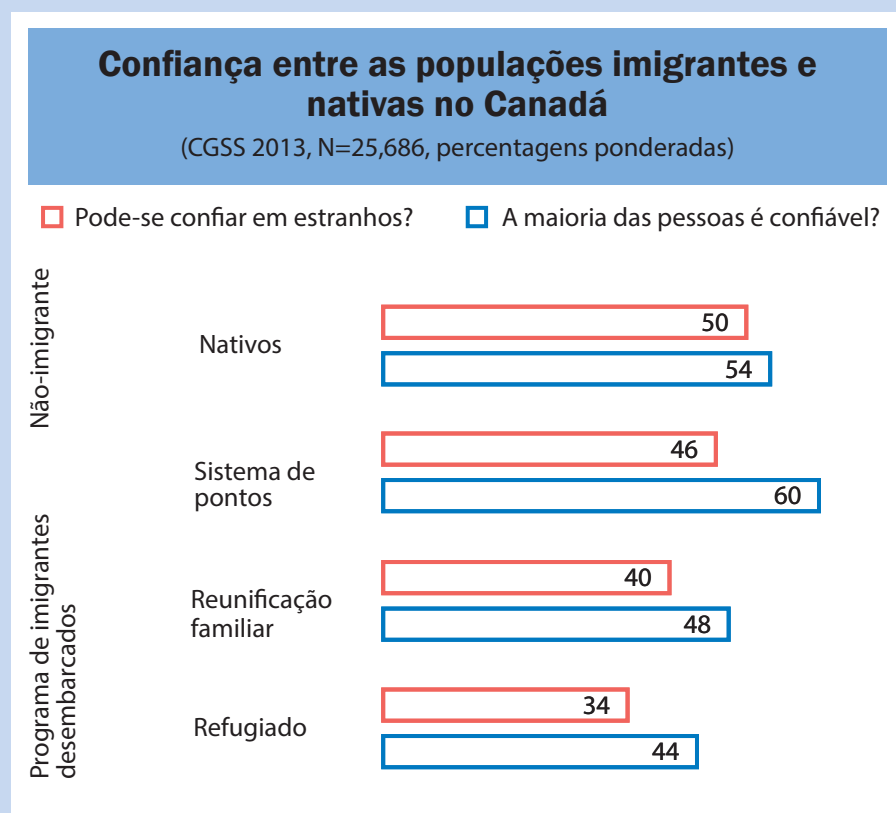
A emergência de diversos candidatos e uma crescente consciência política e pública de identidades diversas têm gerado uma infinidade de performances identitárias que podem afetar a governança e os resultados eleitorais. Minha pesquisa espera iluminar os obstáculos para aqueles que procuram altos cargos na política canadense, mas também fornecer as bases iniciais de um diagrama para atores que querem transformar obstáculos em oportunidades. ■

Contato com Elise Maiolino <elise.maiolino@mail.utoronto.ca>

> Os imigrantes estão ganhando confiança no Canadá?

Por **Cary Wu**, Universidade da Colúmbia Britânica, Canadá

Figura 1.



A confiança reflete a percepção de uma pessoa sobre a boa vontade e a boa intenção dos outros. Pessoas confiando umas nas outras são essenciais não só para o bem-estar individual, mas também para a coesão social, para o crescimento econômico e para a democracia. A confiança é especialmente importante para os imigrantes e para as sociedades com grandes populações estrangeiras devido ao papel fundamental que desempenha na promoção da integração social.

O Canadá é um país de confiança relativamente alto. Dados estatísticos do *General Social Surveys* (GSS), de 2003, 2008 e 2013, mostram que mais de metade dos canadenses acredita que “a maioria das pessoas é confiável”.

Em contraste, quando a mesma pergunta é feita em nível mundial, apenas 37% das pessoas atesta a mesma fé nos outros (*World Values Survey* 2010-2014).

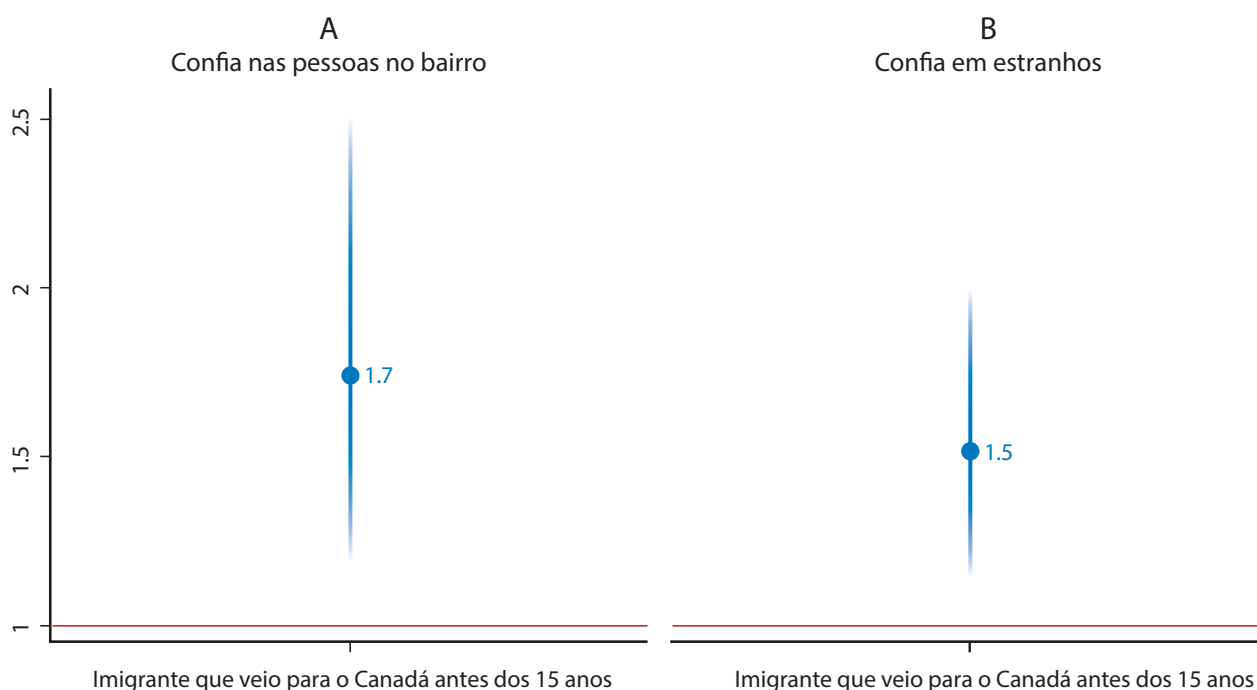
O Canadá também é um país de imigrantes. Os indivíduos nascidos no exterior constituem cerca de um em cada cinco cidadãos, ou seja, 21% da população total do país. Enquanto o sistema de pontos do Canadá ajuda a selecionar um grupo de imigrantes confiáveis, muitos desses que passam por programas de reagrupamento familiar e de refugiados tendem a ter menor confiança do que os nativos (ver Figura 1).

Se os imigrantes começam com menor confiança, eles acabam ganhando maior confiança depois de morar no

>>

Figuras 2A & 2B: Previsão do gap de confiança (razão) entre imigrantes crianças/adolescentes e imigrantes adultos

(GSS 2014; dados ponderados, estatísticas de *bootstrap*)



Figuras 2A, 2B.

Canadá, onde as pessoas são relativamente mais confiantes? Quando se trata das origens da confiança, existem dois argumentos teóricos a respeito: a perspectiva cultural e a perspectiva experiencial. Os estudiosos da perspectiva cultural acreditam que as pessoas aprendem a confiar umas nas outras durante a socialização primária, no início da vida, e que a confiança aprendida muda pouco no decorrer da vida adulta. Do ponto de vista experiencial, os estudiosos argumentam que as pessoas tomam decisões de confiança baseadas, diretamente, em experiências sociais; portanto, a confiança muda em resposta a diferentes situações sociais. No coração desse debate está a questão de saber quando as pessoas aprendem a confiar umas nas outras, e se a confiança aprendida muda de uma situação para outra.

Conseqüentemente, para determinar se a cultura de confiança elevada do Canadá tem alguma influência sobre os imigrantes, é necessário fazer uma distinção entre os imigrantes que desembarcaram como adultos e aqueles que chegaram ao país ainda crianças ou adolescentes e, portanto, que ainda estão passando por uma socialização primária. Se a confiança é cultural, esperamos que os imigrantes que vieram em uma idade mais tenra e que foram socializados dentro de uma cultura de alta confiança, como o Canadá, sejam mais confiantes, enquanto que aqueles que vieram em uma idade mais avançada, e finalizaram

sua socialização primária fora do Canadá, tenham menor confiança, refletindo as pegadas culturais de seu país de origem. Se a confiança é um fenômeno experiencial, espera-se que os imigrantes respondam de maneira semelhante à experiência canadense, independentemente da idade em que chegaram, de forma permanente, ao país. Portanto, é menos provável que exista uma diferença de confiança entre as gerações.

Analisando dados do GSS de 2014, acredito que os imigrantes que chegaram antes dos 15 anos de idade são 70% mais propensos a confiarem nas pessoas do bairro, por exemplo, e 50% mais propensos a confiarem em estranhos, comparados com aqueles que chegaram aos 15 anos ou depois, ou seja, guiados por outros fatores demográficos (ver Figura 2A e 2B).

Em conjunto, as lacunas mais significativas demonstram que há um efeito positivo da alta cultura de confiança do Canadá, mas esse efeito é limitado apenas aos imigrantes crianças e adolescentes que vieram para o Canadá durante o período de socialização primária. O resultado geral corrobora fortemente, nesse sentido, a teoria cultural da confiança. ■

Contato com Cary Wu <carywooruc@gmail.com>

> Interseccionalidade, indigeneidade, gênero e violência

Por **Maggie Walter**, Vice-Chanceler de Pesquisa e Liderança Aborígine da Universidade da Tasmânia, **Joselynn Baltra-Ulloa**, Universidade da Tasmânia, e **Jacob Prehn**, Escritório da Vice-Chanceler de Pesquisa e Liderança Aborígine da Universidade da Tasmânia, Austrália.



Ilustração por Arbu.

As estatísticas sobre violência de gênero relativas a mulheres aborígenes e nativas do Estreito de Torres, na Austrália, explicitam uma realidade sombria. Em nível nacional, as mulheres e meninas indígenas são 31 vezes mais propensas a serem hospitalizadas devido a alguma violência familiar do que as suas homólogas não-indígenas, sendo que mais da metade dos homicídios de mulheres aborígenes ocorrem em ambientes de violência doméstica. A extensão dessa realidade viva e violenta é confirmada

em estudos que atestam que cerca de um quarto de todas as mulheres aborígenes reportou ter sofrido violência física ou sexual nos últimos doze meses. As estatísticas baseadas no estado e no território ecoam essa terrível história nacional. Até 95% das crianças aborígenes que vivem em Vitória foram para acolhimento fora do lar por conta de violência familiar; mulheres aborígenes na Austrália Ocidental têm mais de 17 vezes de chances de serem vítimas de homicídios do que as mulheres não indígenas. É nosso argumento que a interseção de indigeneidade e gênero inerente a essa violência não é nem neutra, nem ahistórica, mas política e culturalmente situada, além de racialmente demarcada.

Sua forte sobrerrepresentação nas estatísticas de violência de gênero é familiar para as mulheres indígenas em outros Estados-Nação colonizados pelos ingleses. Na Nova Zelândia Aotearoa, nos Estados Unidos e no Canadá, mulheres indígenas estão muito mais propensas a tornarem-se vítimas de violência de gênero do que mulheres não indígenas. Essa disposição compartilhada indica que a principal explicação não está nos povos aborígenes, nos nativos do Estreito de Torres, nos Maori, nos nativos americanos ou nas primeiras nações canadenses. Os britânicos não tiveram azar em colonizar quatro regiões geográficas distintas com

“Cerca de um quarto de todas as mulheres aborígenes relatam ter sofrido violência física ou sexual nos doze meses anteriores.”

quatro povos totalmente distintos que, por acaso, calharam de ser naturalmente mais violentos contra as mulheres do que outros povos do mundo. Tampouco as mulheres aborígenes e nativas do Estreito de Torres encontram-se em risco de violência de gênero apenas nas mãos de homens indígenas: com altas taxas de casamentos interétnicos, uma proporção substancial de perpetradores de violência não são indígenas. Pelo contrário, a sobrerrepresentação estatística é um artefato sociocultural do posicionamento similar das mulheres indígenas nas hierarquias de gênero e raça. As relações raciais de poder, limitadas e definidas por meio do colonialismo anglo-saxônico, cruzam-se com as relações de poder de gênero para produzir uma dupla violência no cotidiano das mulheres indígenas.

As mulheres aborígenes e nativas do Estreito de Torres sempre estiveram na vanguarda da violência colonizadora. Durante as guerras fronteiriças de desapropriação, as mulheres eram proeminentes entre as vítimas dos massacres. Outras mulheres, como Walyer, da Tasmânia (a “Amazona da Tasmânia”), lideraram os esforços de resistência contra as forças invasoras. À medida que a destruição colonial avançava, as mulheres ficaram cada vez mais expostas à violência sexual e física. Nas Ilhas Furneaux do Estreito de Bass, por exemplo, as mulheres foram sequestradas sistematicamente pelos comerciantes europeus desde 1800, e foram mantidas como concubinas e trabalhadoras; os clãs aborígenes do

distrito costeiro foram rapidamente despojados de mulheres em idade fértil.

Uma vez que o continente australiano foi colonialmente dominado, a violência de gênero – sexual e física – nunca mais acabou; ela simplesmente mudou de forma. Durante a maior parte do século XX, crianças de pele mais clara de mulheres aborígenes, muitas vezes vítimas de violência sexual, foram levadas à força e colocadas em cuidados estatais severos. As políticas governamentais que sancionam a remoção de crianças aborígenes, conhecidas como “Gerações Roubadas”, visavam assimilar os povos aborígenes à sociedade branca. As crianças foram proibidas de praticar sua cultura, de ter contato com suas famílias de origem ou de falar suas línguas nativas. Estima-se que cerca de uma em cada dez crianças aborígenes foram removidas entre os anos de 1910 e 1970. Os impactos dessas políticas se aglomeram no presente. As famílias com antecedentes de remoção de membros da família são mais propensas do que outras famílias indígenas a terem seus próprios filhos levados para a tutela do Estado. Em todo o país, o legado em curso da violência colonial é a pobreza intergeracional e a marginalização social, política e cultural. A disfunção familiar resultante disso opera em um espaço interseccional de risco e de perigo para a segurança física e emocional das mulheres aborígenes e dos nativos do Estreito de Torres.

Então, como a sociedade australiana, inclusive a sociologia australiana,

tem respondido aos padrões de violência de gênero contra mulheres aborígenes e nativas do Estreito de Torres? Infelizmente, em grande parte, com indiferença. Da mesma forma como a sociedade australiana ainda reflete sua herança colonial anglo-saxônica, a sociologia australiana também o faz. Não existe um corpo de literatura sociológica australiana que aborde a violência de gênero contra mulheres aborígenes; na verdade, há pouca sociologia indígena, em geral. Há pouco incentivo, ao que parece, para investigar sociologicamente os beneficiários do colonialismo e seus apoiadores nas relações de poder de raça e de gênero. Dentro do legado desconfortável das origens da Austrália, os povos aborígenes e os nativos do Estreito de Torres, despojados das terras que o Estado-Nação agora ocupa e nos quais desenha sua riqueza e sua identidade, continuam sendo uma presença desconcertante. No nível estrutural, essa antipatia global interage com as relações de poder de gênero para produzir uma compreensão pejorativamente diferente da, e uma resposta à, violência contra as mulheres indígenas. Normalizada discursivamente como apenas outro problema indígena, o fenômeno permanece bastante inexplorado sociologicamente. ■

Contato com:
Maggie Walter
<Margaret.Walter@utas.edu.au>
Joselynn Baltra-Ulloa
<Joselynn.BaltraUlloa@utas.edu.au>
Jacob Prehn
<jacob.prehn@utas.edu.au>

> Violência sexual e “estupro corretivo” na África do Sul

Por **Kammila Naidoo**, Universidade de Joanesburgo, África do Sul, membro dos comitês de pesquisa da ISA sobre Mulheres na Sociedade (RC32), Biografia e Sociedade (RC38) e Sociologia Clínica (RC46)

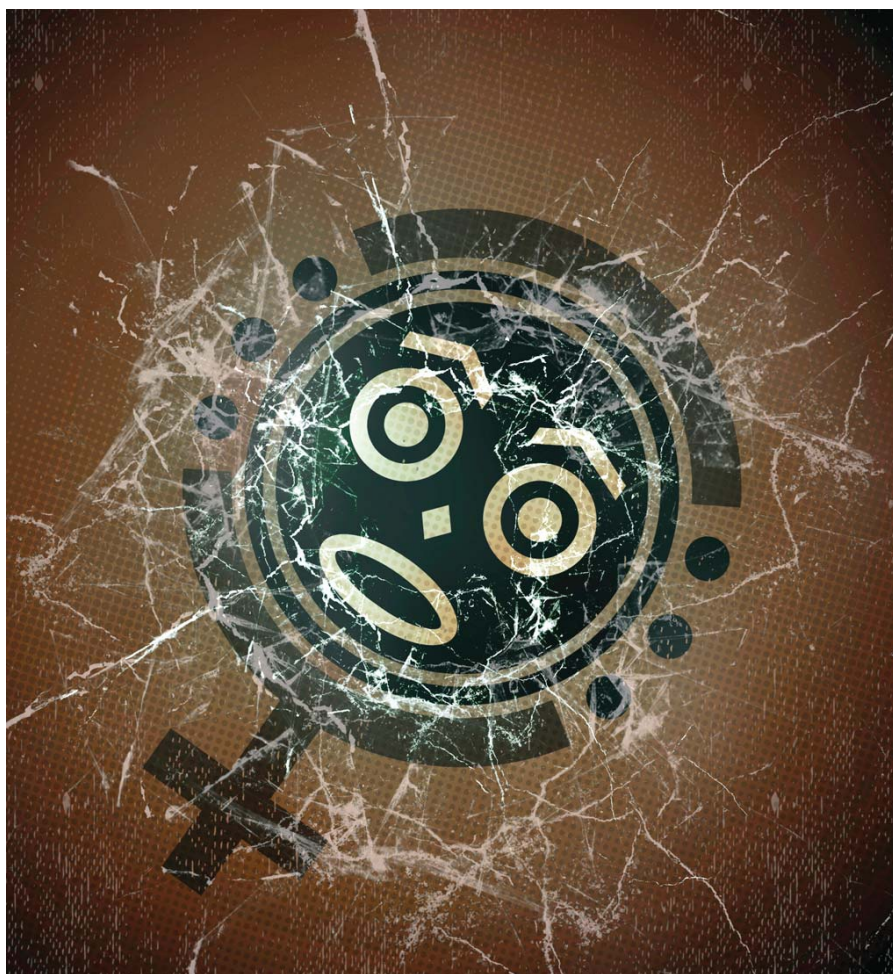


Ilustração por Arbu.

> Lembrando a história de Khwezi

Em 2005, uma mulher lésbica, Fezekile Ntsukela Kuzwayo – mais conhecida por seu pseudônimo, Khwezi –, acusou Jacob Zuma,

o homem que mais tarde se tornaria o terceiro presidente da África do Sul pós-*apartheid*, de estupro. Mas em vez dessa acusação destruir as chances de Zuma de se tornar presidente, o julgamento de 2006, mais tarde, serviu para que se criasse ao redor dele uma plataforma que popularizou versões essencialistas sobre os costumes e as tradições masculinas de Zulu. Em seu testemunho, ele afirmou que, em

termos de sua compreensão cultural, o modo de se vestir de Khwezi era um convite para o sexo. A tentativa de Khwezi de acusar e levar à justiça o homem que a teria violado resultou em seu próprio vilipêndio, em razão de sua própria história sexual, de sua orientação, seu estilo de vida e suas experiências anteriores de abuso, fatos que se tornaram o foco das audiências do tribunal e de um intenso escrutínio público e midiático. Fora do tribunal, os partidários de Zuma desencadearam sentimentos homofóbicos, misóginos e antifeministas, muitas vezes entrando em conflito real com os simpatizantes de Khwezi, que incluíam um grupo de mulheres chamado *One-in-Nine*. Além de dar apoio, o grupo destacou que 1 em 9 mulheres sul-africanas é vítima provável de sofrer estupro no decorrer de sua vida. Para muitos, o resultado do processo judicial foi dolorosamente decepcionante: Zuma foi absolvido e Khwezi teve que fugir do país e ir para o exílio, depois de receber numerosas ameaças de morte. Depois de anos de vida escondida e isolada, ela faleceu em 2016.

A história de Khwezi revela uma série de realidades problemáticas, que inclui: as dificuldades que as vítimas de estupro enfrentam ao tentar expor estupradores (especialmente se forem poderosos e politicamente conectados); os discursos homofóbicos que moldam as atitudes em relação ao estupro de lésbicas; e a perpetuação de uma cultura machista

e heteronormativa, apesar de uma constituição progressista e mais de vinte anos de celebração dos direitos humanos e da igualdade de gênero na África do Sul. Em todas as leituras de estupro e violência contra as mulheres, as abordagens interseccionais alertam para as influências de várias identidades e para a múltipla desvantagem das mulheres em contextos particulares – no caso sul-africano, raça, etnia, orientação sexual, idade, corpo, classe e posição política. Essa reflexão é compartilhada no contexto da iniciativa da atual presidente da ISA, Margaret Abraham, de construir múltiplas perspectivas de várias partes do globo sobre a violência de gênero e a interseccionalidade.

> Masculinidades violentas

Na África do Sul, as detenções de estupradores não são frequentes, e as taxas de confiança geralmente são muito baixas. As estatísticas sobre crime do Serviço de Polícia da África do Sul, de 2016, revelaram que cerca de 43 mil estupros foram reportados em delegacias de polícia sul-africanas no período de 2015-2016. Embora se trate de dados muito elevados, alguns analistas sugerem que apenas cerca de uma em treze mulheres sul-africanas estupradas por alguém que não seja seu parceiro, e uma em cada 25 mulheres estupradas por seus parceiros relatam o caso. Para as vítimas de estupro, ao observarmos o tratamento áspero de Khwezi nas mãos do juiz e dos advogados de Zuma, a mensagem é clara: acusar um abusador é sinônimo de que você será julgada junto com o autor do crime, e mais: de que todos os aspectos da sua história pessoal e pública serão examinados e interrogados. As instituições do Estado são, portanto, cúmplices na promoção da falta de denúncia dos casos de estupro no âmbito de uma cultura machista entrenchada, e isso é endossado pela normalização do estupro nos discursos da mídia e da sociedade. Não é surpreendente, então, ver um grande número de homens admitindo em pesquisas que, em algum momento

de suas vidas, foram cúmplices de atos de estupro.

Pesquisas sul-africanas tendem a explicar o predomínio das masculinidades violentas como reflexo de uma crise na masculinidade; mas essas explicações se concentram, principalmente, nos homens de classe trabalhadora como estupradores. Nessa visão, os ideais e as normas masculinas tradicionais foram rescindidas por mudanças na economia política e nos legados históricos, bem como por instituições que defendem a igualdade de gênero, que, juntas, minaram o status que os homens detinham e acentuaram (para eles) uma crise de identidade de gênero. A marginalização pública e socioeconômica contribuiu para a formação de gangues, mas também para os atos esporádicos de brutalidade e a reafirmação da violência sustentada por parte de várias categorias de homens emasculados que procuraram restaurar o *status quo*. Neste contexto, acredita-se que os corpos femininos sejam instrumentos por intermédio dos quais o poder e o controle masculino possam ser recuperados. Tal argumento encontrou credibilidade renovada na era atual, à medida que os gays e as lésbicas se esforçaram para enfrentar a violência homofóbica. Especificamente, o “estupro corretivo”, um conceito estranho originário da África do Sul para se referir ao estupro de lésbicas, ganhou notoriedade.

> O estupro “corretivo”

Desde 2000, cerca de 40 mulheres lésbicas foram assassinadas e, em média, cerca de 10 lésbicas são estupradas por semana por homens que se ajustam à visão de que eles estariam “corrigindo” as orientações sexuais dessas mulheres. Estudos qualitativos revelaram que os autores afirmam que a violação irá “curar” as lésbicas (de seu lesbianismo) e torná-las heterossexuais. Além disso, alguns participantes masculinos em estudos declararam que a violação representa as ações defensivas de homens que atacam as mulheres “que

tentam ser como homens”, sendo que as ações dos homens são justificadas porque estariam defendendo sua “autenticidade”. Esses sentimentos emergentes sugerindo tolerância das violações de lésbicas nas últimas duas décadas estão fora de sincronia com o espírito dos movimentos de libertação do passado da África do Sul, que incorporaram demandas para a emancipação das mulheres. A Constituição pós-apartheid da África do Sul, por exemplo, foi a primeira no mundo a proibir a discriminação com base na orientação sexual. A África do Sul também foi o primeiro país africano a permitir o casamento de pessoas do mesmo sexo. Assim, as posições sustentadas por alguns homens, incluindo homens de Estado poderosos, de que existiriam sexualidades e feminilidades “transgressivas” ameaçando seu senso de autoridade e que, por isso, precisariam de correção, servem de lembretes das intensas reviravoltas homofóbicas e anti-feministas enfrentadas pelas mulheres hoje em dia.

> Conclusão

Paradoxalmente, estupro e outros crimes e atos de violência baseados no gênero estão ocorrendo em um contexto sul-africano, onde o empoderamento e a equidade de gênero aparecem fortemente na agenda pública do Estado. Na verdade, grupos poderosos de pressão anunciaram, recentemente, a perspectiva de uma mulher a ser candidata nas eleições para presidente em 2019. Controlar a violência sexual exigiria esforços concertados para mobilizar e organizar; também exigiria atos de bravura, como aquele exemplificado pelas quatro mulheres que, em 2016, interromperam o discurso do presidente Zuma com um protesto silencioso e com cartazes que diziam “Lembrem-se de Khwezi”. Isso exigiria a renovação e o ressurgimento de uma liderança feminista crítica e forte dentro de instituições acadêmicas, das estruturas estatais e da sociedade civil.

Contato com Kammila Naidoo
<kammilan@uj.ac.za>

> Tornar a violência doméstica visível na Polônia

Por **Magdalena Grzyb**, Universidade Jaguelônica, Polônia

> O caso Piasecki

O público polonês ficou indignado quando, em abril de 2017, uma gravação foi divulgada no YouTube pela esposa de um político local do Partido Lei e Justiça. O vídeo mostrava um incidente de abuso doméstico envolvendo um político de Bydgoszcz, Rafał Piasecki, que infligira à sua esposa Karolina durante todo o casamento. Rafał e Karolina se conheceram ainda adolescentes na igreja – ambos eram dedicados católicos. Em imagens, eles parecem uma família polonesa modelo, jovens e felizes, com duas lindas filhas. Karolina Piasecka relatou abuso doméstico de seu marido em 2013, mas os policiais não agiram em relação a isso; mais tarde, convencida por Rafał, ela acabou retirando as acusações.

A denúncia pública feita por Karolina Piasecka foi inovadora de duas maneiras. Em primeiro lugar, seu testemunho sobre o abuso e a tortura que ela sofreu nas mãos de seu amado marido teve um enorme impacto, não só na conscientização sobre a violência doméstica e sua prevalência na sociedade polonesa, mas também ao desafiar a suposição comum de que o abuso doméstico se limitaria à violência física e que ela aconteceria apenas em famílias pobres e disfuncionais de grupos sociais desfavorecidos. Em segundo lugar, demonstrou fortemente a

hipocrisia da política de direita ultraconservadora do Partido Lei e Justiça e o verdadeiro rosto de sua política descaradamente misógina.

> De volta ao passado: os direitos das mulheres na última década

Tem havido uma repercussão pública grande dos direitos das mulheres e de questões de igualdade de gênero desde que o Partido Lei e Justiça chegou ao poder, em 2015 (ver o artigo de [Julia Kubisa na DG 7.1](#)). Mesmo antes de chegar ao poder, o partido se opôs, fortemente, à ratificação da Convenção do Conselho Europeu sobre prevenção e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica; a partir de 2012, juntou-se a campanhas iniciadas pela Igreja Católica Polonesa contra a “ideologia do gênero”, que foi considerada uma ameaça à família polonesa, aos valores tradicionais e à identidade nacional. O pressuposto subjacente era de que a declaração na Convenção de Istambul sobre as causas estruturais da violência contra as mulheres e, portanto, a obrigação do Estado de erradicar estereótipos de gênero nocivos que levariam à violência contra as mulheres seriam prejudiciais para a cultura polonesa, já que negaria aos pais o direito de criar suas crianças de acordo com seus próprios valores. Os políticos do Partido Lei e Justiça negam a magnitude da violência doméstica

na Polônia e afirmam que os homens poloneses tratam as mulheres como damas, e que a lei polonesa protege as mulheres do abuso doméstico. Eles argumentam que dito abuso sexual acontece raramente e apenas quando os homens estão sob a influência do álcool. Em 2015, o governo reduziu o financiamento para as ONGs que ajudavam as mulheres vítimas de violência doméstica, alegando que seu serviço era discriminatório, porquanto prestava ajuda apenas às mulheres. Em fevereiro de 2017, o atual presidente, Andrzej Duda, declarou, publicamente, que a Convenção de Istambul não se aplicaria às instituições públicas polonesas.

A Polônia possui uma forte tradição católica, e a Igreja Católica tem sido uma grande influência ideológica dentro da política, desde o colapso do comunismo. Apesar da igualdade de gênero da era comunista, de 1945-1989, quando as mulheres obtiveram acesso ao trabalho, à educação e aos direitos reprodutivos, os papéis tradicionais de gênero – particularmente, dentro das relações familiares e das relações íntimas – persistiram, e as mulheres continuam, hoje, a ocupar posição inferior em relação aos homens. A “ideologia do gênero”, conceito introduzido pelas hierarquias da Igreja Católica em 2012 como reação à política de igualdade, visava, na verdade, desviar a atenção pública dos escândalos de pedofilia de sacerdotes e das demandas

“O caso rompeu o forte tabu social contra as denúncias públicas”

resultantes para responsabilizar institucionalmente a Igreja Católica.

Foi em meio a tal clima político que Karolina Piasecka decidiu divulgar sua própria história e desafiar a negação pública do problema. Uma vez que a gravação foi publicada, Rafał Piasecki negou ter batido em sua esposa e disse que fora criado em uma família tradicional, e por isso compartilhava de valores cristãos e acreditava em papéis tradicionais de gênero na família, uma tentativa de justificar seu comportamento e os maltratos em relação a sua esposa, sugerindo que ela não havia cumprido adequadamente o papel tradicional de gênero de esposa.

> O impacto do caso Piasecki na Polônia

O caso Piasecki tornou-se o primeiro de violência doméstica de alto perfil público na Polônia. O que mais atraiu as atenções foi o fato de Piasecki ser um político proeminente do Partido Lei e Justiça, conhecido por sua defesa dos valores familiares e por suas declarações de teores homofóbicos. Este caso também foi um avanço em termos de conscientização sobre a gravidade do abuso psicológico e seu impacto nas vítimas. Em geral, o abuso psicológico não foi considerado como uma forma de violência, tanto pelas instituições públicas como pelos tribunais. Embora o comportamento de Piasecki tenha sido extremo, muitas mulheres foram capazes de reconhecer esse tipo de comportamento familiar em suas próprias famílias, mas não o reconheciam necessariamente como algo anormal ou inaceitável.

O caso recebeu alta cobertura da mídia (mídia independente e mídias sociais) e provocou indignação e debate em torno do fracasso das respostas públicas em ajudar vítimas

de violência doméstica. Também quebrou o forte tabu social contra as denúncias públicas. Karolina Piasecka explicou que sua decisão de ir a público foi baseada no desejo de ajudar outras mulheres que sofriam abusos a saírem do armário, encorajá-las a deixarem as relações abusivas e mostrar que a violência doméstica não se limita às famílias de uma classe social mais baixa.

> Não é um caso isolado: o abuso doméstico e o Partido Lei e Justiça

Embora o caso de Piasecki não tenha provocado uma tempestade política dentro do partido no poder, as verdadeiras ramificações políticas ainda não vieram à tona. Apesar de Piasecki ter sido expulso do Partido Lei e Justiça em decorrência do caso, e em maio de 2017 terem sido protocoladas outras acusações contra ele, os políticos do partido continuam a menosprezar o problema. A porta-voz da Lei e Justiça, Beata Mazurek, disse que abusar ou usar excessivamente da violência contra a família é inaceitável, como se qualquer uso da violência não fosse! Os colegas do partido condenaram a violência doméstica, mas também declararam que um drama familiar estava sendo usado para uma luta política. O caso de Rafał Piasecki, embora muito marcante, não foi o primeiro e único caso de um político do Partido Lei e Justiça batendo e torturando sua esposa. Em 2016, um deputado, Łukasz Zbonikowski, também foi acusado por sua esposa de violência doméstica, embora o caso não tenha recebido tanta atenção pública. Mais tarde, em 2017, outro deputado, Waldemar Bonkowski, foi denunciado por sua esposa por abusos, ameaças e os chamados “gaslighting” – ele dizia sem parar que ela estava mentalmente doente. Quando um partido político

ultraconservador, tradicionalista e pro-igreja minimiza a gravidade da situação e, na verdade, tolera em suas fileiras pessoas que abusam severamente de suas famílias, ele compromete as reivindicações de superioridade moral e legitimidade para governar o país. Isso revela o cinismo e o verdadeiro rosto da política conservadora e de direita, que serve apenas para defender o poder patriarcal e o privilégio masculino.

Embora as leis que contrariam o abuso doméstico existam desde 2005, a violência doméstica é legitimada implicitamente no discurso predominante sobre a proteção dos valores familiares. O Partido Lei e Justiça não legitima a violência doméstica em si, mas faz cumprir, por meio do sistema legal e do discurso oficial, a estrutura familiar patriarcal tradicional e o confinamento das mulheres à esfera privada.

Em função de uma maior conscientização social sobre o assunto que o caso de Karolina Piasecka inegavelmente alcançou, a posição do partido no poder em relação à violência doméstica, combinada com suas outras políticas abertamente anti-mulheres (como em relação ao acesso aos direitos reprodutivos), podem, a longo prazo, desacreditar o partido e, ainda mais, sua ideologia patriarcal e obviamente estreita. O caso demonstra a necessidade de os sociólogos questionarem e criticarem as fissuras inerentes às estruturas familiares, da forma como elas se encontram hoje, bem como as ligações entre o público e o privado. ■

Contato com Magdalena Grzyb
magdalenaagrzyb@gmail.com

> Rumo à violência zero?

Por **Sylvia Walby**, Diretora de pesquisas de gênero na UNESCO, Universidade de Lancaster, Reino Unido, membro e ex-presidente (2006-2010) do Comitê de Pesquisa da ISA sobre Economia e Sociedade (RC02)



Comício da Million Women Rise em Londres, 2014.

uma forma mais neoliberal ou social-democrática.

Qual a diferença entre as intervenções direcionadas e os serviços de apoio? As feministas inovaram em várias intervenções, desde linhas de refúgio e de ajuda, até tribunais especializados e conselheiros. O aumento dos serviços é sinônimo de menos violência, pois aumentam a resiliência das vítimas e das potenciais vítimas. Mas esses serviços são caros, e os recursos para eles estão ligados à desigualdades de gênero mais amplas.

Quão importante é o sistema de justiça criminal? As mudanças na lei para criminalizar a violência contra as mulheres se espalharam pelo mundo. Mas as mulheres não necessariamente experimentaram uma maior justiça como resultado de mais leis.

Quão importante é a democracia? O meu próprio trabalho, em *Globalização e Desigualdade*, descobriu que a taxa de feminicídio é menor em países onde há uma maior proporção de mulheres no parlamento. A profundidade da democracia de gênero faz, então, a diferença: o aumento da democracia de gênero está ligado à menos violência contra as mulheres. As mudanças na igualdade política de gênero são importantes, portanto, não só a igualdade econômica de gênero.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU para 2030 incluem as metas 16.1, “reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas à violência”, e 5.2, “acabar com todas as formas de violência contra mulheres e garotas”. Trata-se de objetivos utópicos? O mundo está indo na direção oposta a isso?

Existe a visão de um mundo, de uma multiplicidade de grupos da sociedade civil, nacionais, internacionais e globais, sobre a qual esses Objetivos da ONU se baseiam. Desenvolver a base de conhecimento para apoiar a realização dessa visão de um mundo livre de violência é uma tarefa à qual a sociologia deve estar envolvida.

A realização dessa visão exige a construção de uma teoria da mudança. Isso, por sua vez, exige uma teoria da violência na sociedade e uma teoria de gênero e sociedade. Requer uma conceituação robusta e uma medição da violência para investigar e testar essas teorias.

> O que aumenta ou diminui a violência?

O desenvolvimento econômico faz diferença na diminuição da violência? As taxas de violência parecem ser mais elevadas nos estratos economicamente mais desfavorecidos. Aumentos na igualdade de gênero ajudam a resiliência das mulheres no combate à violência. Como melhorou a igualdade de gênero? O desenvolvimento econômico pode ou não levar a uma melhora, dependendo se este toma

A recente crise financeira e econômica centrada no Norte Global levou a aumentos na desigualdade econômica de gênero e a políticas de austeridade que reduziram a provisão de serviços de assistência social gerais e especializados. Potencialmente, esse período foi um teste da tese de que uma maior desigualdade e austeridade de gênero e a redução da oferta de serviços aumentam a violência baseada no gênero.

Para investigar tais teorias, é necessário saber se a violência está indo para cima ou para baixo, e como a taxa de violência varia entre o lugar e o grupo social. Isso requer uma medição robusta da taxa de violência, incluindo sua dimensão de gênero, que é extremamente insuficiente hoje.

> Como medir a violência?

A medição é importante. A violência contra a mulher tem sido quase invisível nas estatísticas oficiais, apesar de muitas atividades da sociedade civil. A nova Classificação Internacional do Crime para Fins Estatísticos, desenvolvida pelo Escritório de Drogas e Crime da ONU, não torna obrigatória a coleta de dados sobre o sexo da vítima da violência, tratando o gênero como uma etiqueta secundária e opcional. Além disso, a maioria das vítimas de violência de gênero não denuncia suas experiências à polícia. Pesquisas de crime têm sido desenvolvidas para abordar tal problemática: as vítimas de violência têm maior probabilidade de divulgar suas experiências em pesquisas do que para a polícia. Embora o sexo da vítima seja rotineiramente coletado por tais pesquisas, o número de repetições de eventos violentos nem sempre é gravado, ou mesmo se registrado nem sempre é contado em estimativas oficiais de violência.

Historicamente, a maioria dos surveys nacionais sobre criminalidade, inclusive nos EUA e no Reino Unido, limitou o número de crimes que lhes foram comunicados e incluídos nas estimativas nacionais. Isso cria um viés de gênero nas estatísticas, uma

vez que a violência doméstica, que é desproporcionalmente cometida contra mulheres, é considerado crime repetido. Reexaminando os dados brutos na Pesquisa sobre o Crime na Inglaterra e no País de Gales, nós (Jude Towers, Brian Francis e eu) descobrimos que, quando a tampa foi removida e todos os crimes relatados foram incluídos nas estimativas, não só a taxa global de crimes violentos aparece como 60% maior, mas a violência contra as mulheres aumenta 70% e a violência por relações domésticas também aumenta em 70%.

Usando essa nova metodologia, Walby, Towers e Francis descobriram que o crime violento aumentou na Inglaterra e no País de Gales após a crise econômica, que começou em 2008. A violência contra as mulheres aumentou, mas não a violência contra os homens. Isso esteve relacionado ao aumento da violência doméstica, que é desproporcionalmente contra as mulheres. Essas mudanças não puderam ser vistas quando eram usadas metodologias antigas, o que reduzia desproporcionalmente o significado da violência repetida. Quando os crimes violentos repetidos (desproporcionalmente contra as mulheres) tornam-se visíveis, um aumento no crime violento é encontrado; quando a metodologia antiga – que, sistematicamente, desconsidera crimes violentos repetidos contra a mesma vítima – é usada, não há qualquer aumento encontrado. As mudanças na violência não podem ser compreendidas sem incluir a dimensão de gênero, portanto. Essas descobertas no Reino Unido apoiam as teorias que ligam a economia à violência, quando esse *link* é o gênero.

Desenvolver uma estrutura de medição robusta para comparar as variações na taxa de violência ao longo do tempo, lugar e grupo social requer uma definição consistente de violência e suas categorias de medição, bem como métodos consistentes de coleta de dados usando essas categorias. Tem havido duas abordagens contrastantes (que são ilustradas nos

Objetivos 16 e 5), nenhuma das quais recolhe dados sistemáticos sobre a dimensão de gênero da violência: um coleta de dados sobre violência, mas não sobre se a vítima é mulher ou homem, nem sobre a relação entre o agressor e a vítima; o outro coleta dados apenas sobre a violência contra mulheres (não contra mulheres e homens). É hora de incluir a dimensão de gênero (sexo da vítima, sexo do agressor, relacionamento entre agressor e vítima, e se há um elemento sexual na violência) na coleta convencional de dados. Nosso trabalho recente com uma equipe de uma dúzia de estudiosos ofereceu um novo quadro de medição para a violência contra mulheres e homens, o que apoiaria esse desenvolvimento e, assim, facilitaria a análise comparativa com dados mais robustos.

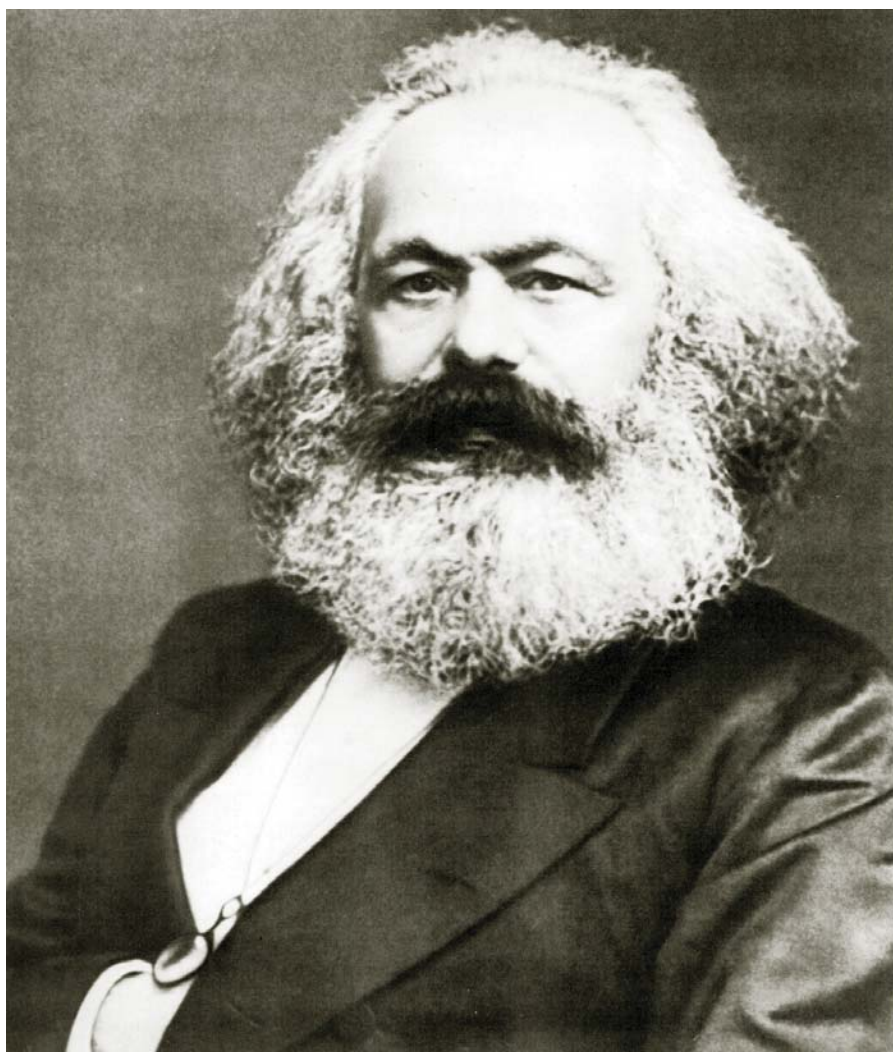
> A crise e o aumento da violência contra as mulheres

A crise no Reino Unido vem se movendo do mercado financeiro para a economia, para o ajuste fiscal e para a austeridade; agora está se transformando em violência. Esse aumento da violência não é geral, mas especificamente contra as mulheres, ligado à repetição de crimes violentos por autores conhecidos delas. A crise econômica é de gênero, seu impacto fiscal é de gênero, e também as implicações para a violência.

Uma composição de uma nova ciência social crítica seria desafiar o que se entende por segurança; a inclusão da violência contra as mulheres dentro das discussões sobre segurança é importante. Isso significa incluir a violência no coraço da teoria sociológica e revisar, substancialmente, a forma como ela é medida. Essa é a sociologia como uma ciência social para um propósito público e a forma como a sociologia pode contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de reduzir todas as formas de violência. ■

Contato com Sylvia Walby
<s.walby@lancaster.ac.uk>

> 200 anos de Marx

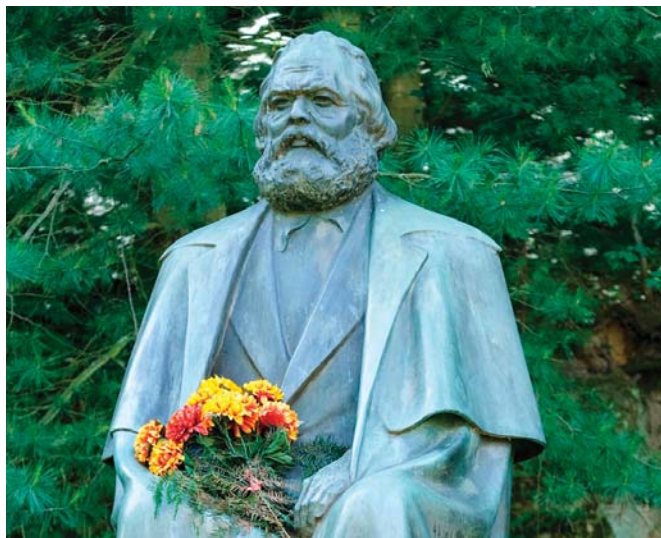


Karl Marx em 1875. Wikimedia Commons / Domínio público.

Em algumas partes do mundo, a crise financeira de 2008/9 já provocou um renovado interesse pela obra de Karl Marx e seu parceiro Friedrich Engels. Em particular, *O Capital* parecia ser feito sob medida para entender e explicar o desenvolvimento em crise do capitalismo e clarear a economia capitalista contemporânea e seus efeitos, como o aumento global das desigualdades sociais, o aumento do desemprego, a precariedade e a pobreza, assim como as catástrofes ecológicas. Mas, enquanto questões tão urgentes faziam com que os sociólogos, bem como a mídia ou partes mais amplas da sociedade, redescobrissem suas análises do capitalismo, a teoria marxista continua disputada e há um vasto conjunto de pesquisas ao redor do mundo sobre Marx. O 200º aniversário de Karl Marx estimulou a *Diálogo Global* a convidar colegas de todo o mundo a contribuir para esse simpósio com reflexões sobre Marx, marxismo e sociologia marxista, as tradições por trás e sua relevância hoje. O simpósio começa com um olhar para o passado das raízes filosóficas, antes de avançar através de reflexões e controvérsias sobre como trabalhar com a teoria marxista ou o que falta nela. Mostra o que podemos ver através das lentes de Marx sobre o trabalho, o estado, a lei, as desigualdades sociais e outras questões. ■

> Marx e a sociologia, 2018

Por **G.M. Tamás**, Universidade da Europa Central, Hungria



Uma estátua de Marx em Karlovy vary, República Tcheca.

Max Weber em sua *História Geral da Economia* (1919-20) estabeleceu que o capitalismo como um sistema abrangente para satisfazer as necessidades humanas diárias era específico para o Ocidente, que suas pré-condições eram o cálculo racional do capital (habitualmente, a contabilidade de dupla entrada) como norma no caso de todas as grandes empresas, e especialmente: 1. todos os meios de produção devem ser distribuídos entre empresas privadas independentes como bens livremente descartáveis; 2. existe a necessidade de um mercado livre sem limitações “irracionais”, como diferenças de casta (*Stände*); 3. há também necessidade de tecnologia racional, isto é, completamente calculável, mecanizada no caso da produção, comércio e transporte; 4. deve existir um sistema jurídico racional, previsível e transparente; e 5. deve haver disponibilidade de mão-de-obra livre, isto é, pessoas legalmente habilitadas a vender sua força de trabalho e também forçadas a vendê-la no mercado, coagidas por condições econômicas.

Marcel Mauss (em um artigo de enciclopédia escrito com Paul Fauconnet em 1901) estabeleceu, de forma semelhante, que ninguém, por exemplo, nenhum trabalhador ou comerciante individual, poderia inventar formas de vida social que são externas a suas mentes, como crédito, juros,

salário, troca ou dinheiro. Mesmo os elementos da vida social e econômica, como a diligência, a poupança, o gosto pelo luxo ou a aventura, o medo da pobreza e o “espírito de empresa” não são totalmente subjetivos, apesar das variações pessoais, mas, em geral, produtos “objetivos” da “cultura social”, uma característica do sistema social do capitalismo ocidental.

Não há muito em tudo isso que um marxista contemporâneo (ou, aliás, o próprio Marx) discorde, além do fato de que a sociologia, posterior a Marx, tem sua marca, embora seja direcionada - em parte - contra seu legado.

> Análise “burguesa” ou marxista da sociedade moderna?

Qual é, então, a diferença fundamental entre a sociologia “burguesa” (e todos os ramos da investigação social da pesquisa social empírica e a filosofia política) e a análise marxista da sociedade moderna? Qual é a explicação dessa disputa prolongada, provavelmente tão importante historicamente quanto a disputa do Iluminismo com a metafísica e a teologia?

Para simplificar: o iluminismo passou da objetividade cósmica aristotélica, agostiniana e tomista para uma subjetividade material que inaugura a soberania da vontade como princípio da liberdade. O que na França se chamou de *sciences morales et politiques* (ciências morais e políticas) são as consequências da forma final e kantiana da crítica do arco grandioso dos antigos dogmáticos, que dominaram o pensamento “ocidental” (incluindo o pensamento bizantino, judaico e islâmico) desde os gregos..

Tanto a filosofia moral spinozista quanto a kantiana, independentemente de suas diferenças consideráveis, reconheceriam os seres humanos como seres naturais, sujeitos às determinações causais que compartilham com pedras e peixes, e suas mentes - limitadas por paixões e particularmente pelo *conatus sese conservandi* - livre em relação à escolha moral, mas incapaz do conhecimento e da compreensão total, objetiva, imparcial e abrangente, sendo os obstáculos ambos lógicos e psicológicos. Se o conhecimento, considerado essencial, de Deus é subjetivo - os evangelhos chamam isso de fé - então as “ciências morais” também são subjetivas. A visão comum do Renascimento,

>>

da Reforma e do Iluminismo admite que o critério do conhecimento e da liberdade seja subjetivamente examinado pela razão, este último moldado pela lógica e pela matemática.

A crença escondida por trás disso era, é claro, que a “realidade”, assim pesquisada, estava disponível para a intuição, posteriormente reexaminada pela razão e exposta dialeticamente, isto é, demonstrando suas contradições.

O papel histórico de Hegel foi mostrar que o que tinha sido considerado subjetivo, “o espírito”, era, de fato, objetivo, que a mente criando conceitos (ao invés de deduzi-los do mundo externo) descrita por Kant não era nossa faculdade subjetiva limitada por restrições epistemológicas e condenada à ignorância no mais decisivo respeito, mas foi - pelo contrário - realmente a própria fonte (ou substância ou substrato) do conhecimento e da liberdade.

Para complicar ainda mais as coisas, Hegel também propôs que a objetividade surgisse em duas formas: o próprio “espírito objetivo” - o que chamaríamos hoje de “instituições” - que é outro nome para o que ele chamou, quando jovem, de *positividade*: “falsa objetividade” (para simplificar novamente: razão sem liberdade) e o “espírito absoluto” (razão como liberdade: filosofia).

É esse “espírito objetivo” que é o verdadeiro fundador da sociologia, Émile Durkheim, chamou de “sociedade”, ou seja, um mundo humano totalmente alheio às intenções, escolhas, desejos, etc., um mundo de estruturas que produz resultados repetitivos ou permanentes, pois todas as aspirações humanas refletem ou expressam estruturas institucionais, em vez de moldá-las. Essas estruturas - chamadas “fatos” - são mônadas sem janelas, suas transformações são fortuitas, devido a combinações imprevistas ou a eventos externos.

Com Marx, avançando a partir de Hegel, mas também voltando a Kant, reaparece a dualidade do empírico e do transcendental. O que é apresentado como um “fato”, uma “estrutura” ou uma “coisa” é uma aparência, por trás da qual a subjetividade está escondida, mais notoriamente, o trabalho (atividade produtiva humana) por trás do valor (o princípio orientador do processo capital); é também o trabalho que está petrificado na “mercadoria” fetichista. “*Não são coisas, mas atividades humanas subjetivas*”.

A coisa, o “espírito objetivo” institucional é uma *fachada*, portanto, toda a lógica institucional da sociedade (em que a economia, o estado e a “sociedade civil” não estão mais separados) é uma fachada também. Mas do ponto de vista da objetividade e da subjetividade, mesmo o trabalho é dividido: o trabalho concreto e o trabalho abstrato não são os mesmos. Tudo o que aparece *diretamente*, é uma miragem sempre, tudo o que é essencial é - como as essências devem ser - oculto (no capitalismo, a aparência

falsa usa os atributos da objetividade). Deve ser descoberto (conceitualmente destruído) pela teoria (economia política crítica, filosofia, o que quer que seja) para recuperar a naturalidade da atividade humana subjetiva onde as necessidades não são governadas pelo valor.

Observado a partir da perspectiva sociológica clássica, o ponto principal parece ser: como o “espírito absoluto” orienta o “espírito objetivo”, ou seja, que tipo de instituições sociais aparecem como resultado do que o valor faz, ou qual é a origem, a história e a função das *classes*? Porque a sociologia que trata os grupos humanos como “coisas” (abstrações permanentes ou pelo menos duráveis), está interessada em como os grupos humanos são moldados e distribuídos, qual é o seu lugar na tela maior da sociedade total e qual é a relação deles com o estado e o local da mudança social-política intencional.

> **Perspectivas marxistas: classe e exploração**

Caracteristicamente, Marx não responde. Em contraposição ao prematuro *Manifesto Comunista*, ele - e, seguindo seus passos, o que se chama de “marxismo ocidental” - não pensam que existam classes antes e depois do capitalismo. (Classe é histórica.) A classe é um epifenômeno do valor e do capital: “culturas de classe”, “estilos de vida de classe” e “organizações de classe” são epifenômenos desse epifenômeno.

A única classe importante para Marx é o proletariado que, na verdadeira moda hegeliana, é construído como uma classe que não faz parte da (própria?) sociedade. (Uma parte que não faz parte do todo.) Essa é uma negação dessa classe que está fora dos processos que se supõem acontecer dentro da sociedade descrita pela ciência social “burguesa” (economia, política) como interações entre pessoas que compartilham uma humanidade comum. Mas a reificação não permite isso.

Pois essa é a principal atividade do proletário que faz dele uma coisa, então essa não é uma interação entre as classes, mas uma qualidade do capital. A exploração não é algo que os burgueses fazem intencionalmente: a *mais-valia* está sendo apropriada para acumular capital e não prejudicar os trabalhadores. A exploração não é algo que qualquer estado possa suprimir ou remediar, por isso não é um “problema político”, como os social-democratas costumam pensar. Não é desigualdade.

A desigualdade é um problema sociológico, mas a exploração não é. Transformar a reificação, o fetichismo da mercadoria, a exploração na desigualdade (portanto, em um “problema político” capaz de melhoria gradual) é, para um marxista, absurdo. É por isso que, geralmente, as questões sociológicas não podem ser respondidas pela teoria marxista e vice-versa. ■

> A relevância permanente da tradição marxista para transcender o capitalismo

Por **Erik Olin Wright**, Universidade de Wisconsin-Madison, EUA



Olhando para as respostas de Marx, 200 anos após o seu nascimento. Foto de Marco Gomes, São Paulo, Brasil.

Nenhuma ideia está mais intimamente associada ao trabalho de Marx do que a afirmação de que a dinâmica intrínseca do capitalismo contém contradições profundas que, em última análise, levam à sua autodestruição e, além disso, que essas dinâmicas criam simultaneamente condições favoráveis à criação de uma forma alternativa de sociedade muito mais propícia ao florescimento humano. A primeira parte do argumento constitui uma forte previsão sobre o destino do capitalismo: a longo prazo, o capitalismo é uma ordem social insustentável e inevitavelmente chegará ao fim. A segunda parte é menos determinista: a dinâmica que destrói o capitalismo abre novas possibilidades históricas (especialmente devido ao desenvolvimento das forças de produção e da produtividade humana) e, ao mesmo tempo, cria um agente coletivo - a classe trabalhadora - capaz de, aproveitando essas possibilidades, construir uma

alternativa emancipatória através da revolução. Quer tenha ou não essa capacidade, na verdade, resultar na realização dessa alternativa depende de uma série de processos mais contingentes: a disseminação da ideologia revolucionária, o surgimento de solidariedades robustas, o desenvolvimento de formas de organização política capazes de dar coerência às lutas e assim vai. Tomado como um todo, portanto, a teoria incorpora a interação de afirmações deterministas sobre o inevitável desaparecimento do capitalismo com afirmações não deterministas sobre o futuro além do capitalismo.

Essa dualidade de afirmações deterministas e não deterministas faz parte do que fez as ideias teóricas de Marx uma base tão convincente para os movimentos políticos. Os elementos não deterministas valem a importância da agência coletiva cheia de propósito e a vontade dos indivíduos de se unirem na luta por um mundo melhor.

>>

Os elementos deterministas dão razões para o otimismo: mesmo quando os obstáculos à revolução parecem assustadores, as forças anticapitalistas podem acreditar que a “história está do nosso lado” e, eventualmente, as condições estarão “maduras” para um avanço revolucionário.

Atualmente vivemos em um mundo muito diferente daquele em que Marx formulou suas ideias teóricas. Algumas das previsões de Marx foram detectadas: o capitalismo tornou-se um sistema global, atingindo os extremos do mundo; as forças de produção se desenvolveram de maneiras surpreendentes; os mercados capitalistas penetram profundamente na maioria das facetas da vida; graves crises econômicas são uma característica persistente das sociedades capitalistas. Mas outras previsões, cruciais para a aspiração global de transcender o capitalismo, não foram confirmadas: em vez de se tornar cada vez mais homogênea, a classe trabalhadora tornou-se cada vez mais fragmentada e heterogênea de várias maneiras, impedindo a solidariedade necessária para uma ação coletiva continuada contra o capitalismo; o capitalismo mostrou-se muito mais resiliente na resposta às crises, com novos modos de acumulação; o estado capitalista mostrou-se muito mais flexível em absorver as demandas populares, ao mesmo tempo em que recorreu a uma repressão efetiva quando necessário; e, finalmente, a trágica história das tentativas de construir uma alternativa ao capitalismo após as revoluções socialistas prejudicou o otimismo de que as crises criam a oportunidade para as forças políticas revolucionárias construir uma alternativa justa e humana.

No século XXI, portanto, não é mais plausível ver as “leis do movimento do capitalismo” como inevitavelmente destruindo a viabilidade do capitalismo ao mesmo tempo em que criam condições favoráveis para sua transcendência emancipatória. Isso não significa, no entanto, que a tradição marxista tenha perdido sua relevância. Em particular, quatro proposições centrais da tradição marxista permanecem essenciais para a compreensão científica da sociedade contemporânea e os esforços para criar um mundo melhor:

1. O capitalismo obstrui a realização mais completa possível de condições para o desenvolvimento humano. O indicador mais acentuado é a pobreza persistente em meio à abundância, mas os danos do capitalismo se estendem para além da privação material para outros valores importantes para o desenvolvimento humano: igualdade, democracia, liberdade e comunidade. A fonte desses danos do capitalismo é, acima de tudo, sua estrutura de classe. As relações de classe do capitalismo criam danos através de uma variedade de mecanismos: exploração; dominação; a conversão do poder econômico em poder político; formas destrutivas de concorrência; e a expansão dos mercados de forma a prejudicar a comunidade e a reciprocidade. Uma

grande pesquisa contínua na tradição marxista documenta esses danos.

2. A dinâmica do capitalismo é intrinsecamente contraditória. O capitalismo não pode alcançar um equilíbrio estável no qual tudo se encaixa em um todo funcionalmente integrado. Mesmo que não haja tendência inerente para as contradições capitalistas atingirem tal intensidade para tornar o capitalismo insustentável, elas abrirão espaços repetidamente para novas possibilidades e lutas transformadoras.

3. Outro mundo é possível. Talvez a ideia mais fundamental da tradição marxista seja que uma alternativa emancipatória ao capitalismo seja possível sob a forma de um sistema econômico no qual o controle da classe capitalista dos investimentos e da produção seja deslocado pela democracia econômica radical. É isso que muda o marxismo de uma simples crítica ao capitalismo para uma ciência social emancipatória. Dizer que uma alternativa emancipatória é “possível” é dizer mais que simplesmente que uma alternativa é imaginável; a alternativa deve ser desejável, viável e realizável. A afirmação marxista é, portanto, que a democracia econômica radical realizaria mais plenamente valores emancipatórios do que o capitalismo; que se fosse instituído, seria sustentável; e que existem circunstâncias históricas plausíveis em que seria possível.

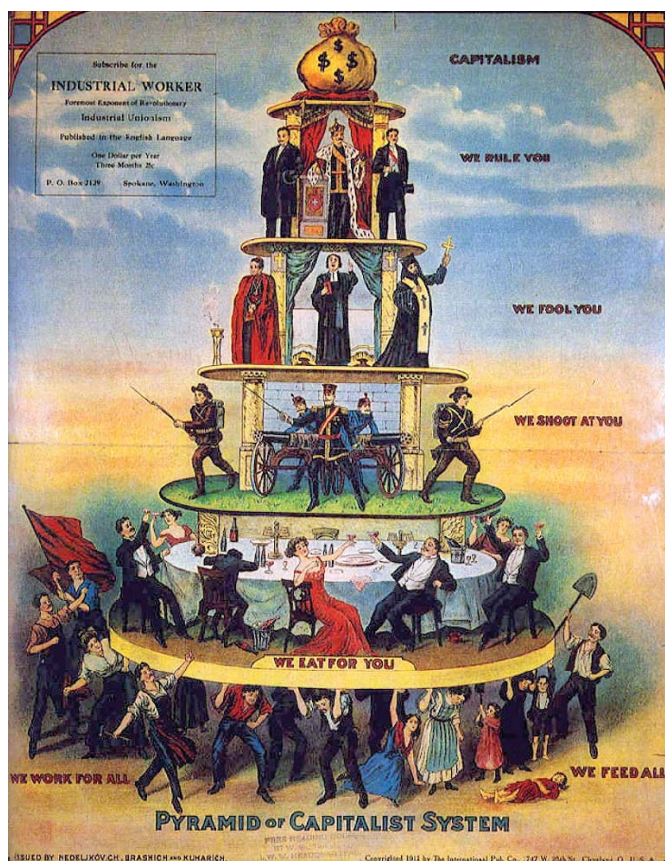
4. A transformação requer lutas de classe para construção, não apenas resistência. Transformar o capitalismo em democracia econômica exige ação coletiva e mobilização a partir de baixo. Enquanto os aliados de elite podem ser cruciais, a transformação social emancipatória não será simplesmente o resultado das iniciativas das elites esclarecidas. A transformação emancipatória também exige mais do que simplesmente se opor aos danos do capitalismo; exige construir novas instituições que incorporem os ideais emancipatórios. Na formulação teórica original de Marx, pensou-se que as transformações da construção ocorreriam principalmente após uma ruptura revolucionária com o capitalismo: a classe trabalhadora, uma vez no poder, criaria a nova sociedade. No século XXI, essa não é mais uma visão estratégica plausível. Se a democracia econômica radical deve ser um futuro além do capitalismo, a tarefa de construção deve começar dentro de sociedades ainda dominadas pelo capitalismo.

Essas quatro proposições ancoram o desenvolvimento permanente da tradição marxista da ciência social emancipatória no século XXI. ■

Contato com Erik Olin Wright <wright@ssc.wisc.edu>

> O feminismo confronta o marxismo

Por **Alexandra Scheele**, Universidade de Bielefeld, Alemanha e **Stefanie Wöhl**, Universidade de Ciências Aplicadas BFI Viena, Áustria



Pirâmide do sistema capitalista

Há alguns anos, a mídia na Alemanha e em outros lugares tem falado de um “renascimento de Marx”, o que significa que o trabalho de Karl Marx poderia ter tido razão ao analisar o capitalismo e as crises financeiras. Isso geralmente é explicado pelo fato de que a crise financeira e econômica de 2008 mostrou que o triunfo global do capitalismo está associado à convulsões sociais, crises ecológicas e à uma tendência do sistema econômico se autodestruir. Nesse contexto, as análises de Marx aparecem novamente atualizadas.

> Fechando o fosso feminista no renascimento de Marx

No entanto, o interesse público renovado em Marx e à

sua crítica da economia política faz pouca ou nenhuma referência à recepção feminista de Marx. Essas análises feministas nunca foram verdadeiramente parte das discussões de esquerda sobre Marx, pois elas não estão situadas em nenhum dos lados do debate. Por um lado, as marxistas feministas queriam desenvolver uma perspectiva crítica que apreendesse a questão social e não a separasse das questões de gênero; uma perspectiva que analisa a exploração capitalista dos recursos e a destruição associada dos meios de subsistência em seus efeitos globais; e uma perspectiva que não só analisa os processos de poder e dominação como regimes de acumulação, mas também identifica seus fundamentos patriarcais. Por outro lado, as perspectivas feministas e marxistas criticavam a recepção anterior e atual de Marx que visavam mudar todas as condições de desigualdade e exploração, mas raramente reconheciam que as relações de gênero faziam parte dessas condições. Além disso, a separação em produção e reprodução, e a divisão sexual do trabalho - que foi pelo menos mencionada por Marx - dificilmente estavam sujeitas a análises mais aprofundadas, e eram desconsideradas.

> As posições feministas

Essa dupla crítica também permanece atual por ocasião do 200º aniversário de Karl Marx: qual é a relação entre patriarcado e capitalismo? Em que medida o modo de produção capitalista não é, também, não apenas um sistema de gênero, mas também um sistema racial? Como as formas culturais-simbólicas de opressão interagem com outras formas de opressão na política e na economia? No que se segue, tentamos resumir a evolução atual desses debates.

> Produção e reprodução

A relação entre produção e reprodução permanece central no debate feminista, em particular. As mulheres ainda fazem a maior parte do trabalho não remunerado em casa e os trabalhos de cuidado, em todo o mundo. Classificar a divisão do trabalho de gênero como uma divisão de trabalho “natural” obscurece o fato de ser uma parte constitutiva da produção capitalista, que, no entanto, é sistematicamente desvalorizada e separada. A divisão global do trabalho com a exploração do trabalho e dos recursos naturais também é um importante ponto de referência do debate

>>



A Liga do Sindicato das Mulheres.
Foto por Kheel Center, Universidade de Cornell.

feminista. As críticas feministas pós-coloniais e societárias acerca da opressão e exploração globais se concentram no posicionamento subalterno específico das mulheres no Sul Global e criticam sua integração nas cadeias globais de produção e cuidados. Além disso, as substitutas da maternidade (“barrigas de aluguel”) são vistas não apenas como novas formas de tecnologias reprodutivas, mas como formas de divisão internacional do trabalho e da exploração. Nesse contexto, as perspectivas feministas também analisam como o estado contribui para a manutenção das relações de poder estruturais na área do trabalho e da sexualidade, além de estruturar as condições de reprodução social. Elas apontam para o fato de que a reprodução social deve ser considerada em seu contexto global, pois está intimamente ligada à dinâmica do mercado global, financeiro e aos regimes de migração. Assim, as crises econômicas globais e os processos associados de financeirização afetam as condições em que os serviços de reprodução social são fornecidos; isso aconteceu, por exemplo, quando as famílias perderam o acesso à infraestrutura social ou tiveram que lutar contra despejos forçados em toda a Europa e nos EUA na sequência da crise financeira de 2008. Assim como Nancy Fraser, assumimos que a “crise” que caracteriza a situação capitalista atual é essencialmente determinada por três problemas não resolvidos: primeiro, a relação entre o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo; em segundo lugar, a exploração da natureza; e, em terceiro lugar, as mudanças no poder do Estado no capitalismo global. Além desses conflitos quanto à transformação das capacidades do Estado, a dimensão ideológica da subjetivação no capitalismo torna-se um assunto relevante para as análises queer-feministas. Nesse contexto, a questão de como e se a generatividade e a reprodução social são conceitualizadas como heteronormativas deve ser discutida mais adiante.

> As alternativas e os demais desafios

Contudo, perguntas controversas permanecem: como as alternativas podem ser desenvolvidas? Quem é ou será o “sujeito revolucionário” (a menos que tal conceito seja abandonado), e de onde vem o potencial emancipatório? Por exemplo, vale a pena considerar se os conceitos que caracterizam a teoria marxista ainda são adequados para compreender os problemas atuais. Será que talvez precisemos, como sugere Ingrid Kurz-Scherf, de uma estreita compreensão do capitalismo, por um lado, e de uma ampla compreensão da economia política, por outro, para tornar visíveis as esferas do trabalho não mercantilizado? Finalmente, essas esferas além da lógica capitalista podem ter o potencial de acabar com a exploração do meio ambiente e do trabalho humano. A abordagem “Care Revolution” (Revolução do Cuidado), perseguida por Gabriele Winker e outras, visa organizar o setor de cuidados coletivamente, eliminando a lógica capitalista e eliminando a divisão entre trabalho remunerado e não remunerado.

As perspectivas pós-coloniais e feministas exigem ainda uma perspectiva mais abrangente do tema, já que o tema da classe masculina, branca e ocidental, que Marx enfatizou, não pode mais ser o portador de uma perspectiva transformadora.

> A crítica e o neoliberalismo na academia

No entanto, as condições para a produção crítica do conhecimento em geral e a crítica feminista em particular tornaram-se mais difíceis em tempos de produção do conhecimento neoliberal, o que também está influenciando a academia. No processo de individualização neoliberal, é cada vez mais questionável como vários temas podem reconhecer uma vontade coletiva de transformação (ou mesmo de revolução). Nas universidades, as críticas feministas continuaram a lidar com o androcentrismo e agora - como em outras ciências - expostas a critérios de usabilidade e lucratividade.

Nesse contexto, o desafio é desenvolver as perspectivas feministas e marxistas. A crítica pluralista em que foi fundada é, ao mesmo tempo, uma fonte de maior marginalização. Isso pode ser observado na academia, bem como em uma recepção à esquerda de Marx, que não refletiu sobre sua tendência androcêntrica. ■

Contato com:
Alexandra Scheele <alexandra.scheele@uni-bielefeld.de>
Stefanie Wöhl <stefanie.woehl@fh-vie.ac.at>

> Marx e o Estado

Por **Bob Jessop**, Universidade de Lancaster, Reino Unido

Marx não escreveu uma crítica abrangente sobre o Estado como um órgão de dominação de classe e sobre o exercício do poder do Estado como um processo político. Além disso, embora seu projeto fosse tão político quanto teórico, ele não forneceu análises estendidas ou coerentes de tópicos como os partidos políticos como forma organizacional; nações, nacionalismo e Estados nacionais; estratégia e táticas revolucionárias (incluindo o escopo de um caminho parlamentar para o socialismo); a forma de uma “ditadura do proletariado”; ou como o Estado pode “desaparecer”.

Isso não significa que Marx (ou seu colaborador da vida, Engels) negligenciaram tais problemas. Pelo contrário, eles exploraram o Estado de muitas maneiras. Essas incluíram críticas da teoria política análogas à crítica de Marx às categorias econômicas na economia política clássica e vulgar; análises históricas do desenvolvimento, mudança de arquitetura e caráter de classe de Estados específicos; análises conjunturais de períodos políticos particulares e / ou eventos significativos; análises da forma do tipo capitalista de Estado, embora principalmente em termos de correspondência com a forma e a lógica da acumulação; análises históricas do Estado (ou formas análogas de dominação) em modos de produção pré-capitalistas baseados em classes e de formas estatais em sociedades contemporâneas além da Europa e dos EUA; e mais estrategicamente orientados, relatos politicamente

motivados de conjunturas em mudança que deveriam moldar os debates políticos no movimento trabalhista. Suas análises também se estenderam às relações interestatais, ao colonialismo, ao equilíbrio internacional das forças e à política da guerra e da paz.

Para simplificar as questões em um breve comentário, podemos identificar três principais considerações sobre o Estado no trabalho de Marx. Uma leitura propagandística vê o Estado como um instrumento de regulação de classe exercido com mais ou menos sucesso pela classe economicamente dominante para manter sua exploração econômica e controle político. Essa visão é notoriamente expressa - mas para efeito propagandístico e estratégico imediato - no *Manifesto do Partido Comunista*, que declara que o aparelho executivo é um comitê para administrar os assuntos comuns de toda a burguesia. Além do seu valor propagandístico, essa reivindicação faz sentido à luz dos direitos políticos limitados na Europa e na América do Norte na época. A extensão dos direitos políticos na década de 1870 complicaria as questões e colocaria uma via parlamentar para o socialismo na agenda. Uma leitura mais histórica vê o Estado como uma autoridade potencialmente autônoma que poderia regular a luta de classes no interesse público ou mesmo manipulá-la para a vantagem privada do estrato político. Essa visão parece mais notória - e de forma inspiradora - nas análises de Marx da França na década de 1850 sob Luís Bonaparte. Na verdade, ele uma vez sugeriu que Bonaparte havia estabelecido um Estado pretoriano,

no qual o exército liderado por Napoleão III, começou a se representar contra a sociedade em vez de atuar para uma parte da sociedade contra outras partes. Alguns comentaristas sugeriram que a primeira visão tipifica períodos normais de luta de classes e essa outra caracteriza períodos “excepcionais” quando a luta de classes está paralisada e/ou ameaça uma catástrofe social. Essa sugestão conduz(confunde) uma consideração propagandística para uma análise teórica séria que deve ser reconciliada com as análises históricas.

O problema nessa sugestão pode ser visto em uma terceira leitura que está enraizada nas primeiras críticas de Marx a Hegel, que foi retrabalhada em toda a vida de Marx e é mais claramente reafirmada em suas observações da Comuna de Paris de 1871. Aqui, o Estado é uma forma alienada de organização política que se baseia na separação de governantes e governados. Essa separação assume diferentes formas em diferentes modos de produção baseados em classes, diferentes períodos de desenvolvimento capitalista e diferentes tipos de formação capitalista. No entanto, como escreveu Marx no segundo rascunho da *Guerra Civil na França* (1871), o poder do Estado é “sempre o poder de manter a ordem, isto é, a ordem social existente e, portanto, a subordinação e exploração das classes produtoras pela classe apropriadora”. No entanto, como argumentado no *O Capital* vol. III, a forma de soberania e dominação política está ligada à forma de exploração. No modo de produção capitalista, isso envolve a dominação impessoal de um Estado soberano sobre a população: não implica um domínio direto das classes dominantes. Esse tipo de Estado é possível porque a exploração é mediada através de uma troca formalmente livre no mercado de trabalho (apesar do despotismo no processo de trabalho), de modo que as classes são determinadas através de relações de produção sem coação extra econômica ou vínculos sociais obrigatórios. Isso permite a separação institucional dos momentos econômicos e políticos de exploração e dominação da luta de classes econômicas que ocorre

dentro dos limites das relações de mercado e da luta política de classes dentro dos limites do estado constitucional.

Esta é, no entanto, uma relação frágil e depende da institucionalização de um compromisso de classe específico. Na verdade, ao escrever *A Luta de Classes na França, 1848-1850*, Marx identificou uma contradição abrangente na constituição democrática. Embora dê o sufrágio universal ao proletariado, ao campesinato e à pequena burguesia cuja constituição é perpetuar a escravidão social, ela sustenta o poder social da burguesia garantindo os direitos de propriedade privada. A estabilidade política exige que as classes subalternas não procurem mudar da emancipação política para a social; e que a burguesia não deveria insistir na restauração política. A separação institucional do econômico e político e sua contradição resultante explica por que Marx raramente reúne argumentos diretamente econômicos para explicar o desenvolvimento de regimes políticos específicos ou o conteúdo de políticas estatais específicas. Pois estes dependem de uma dinâmica específica de lutas políticas ao invés de circunstâncias econômicas imediatas. Por conseguinte, embora tenha explorado circunstâncias econômicas, crises e contradições, as análises mais concretas de Marx também examinaram cuidadosamente as formas estatais, os regimes políticos, os discursos políticos, o equilíbrio das forças políticas e assim por diante.

A segunda e a terceira abordagem de Marx são mutuamente consistentes e mais úteis para pesquisas atuais e análises políticas. Obviamente, um artigo mais longo precisaria incluir casos específicos, bem como as observações de Marx sobre a crescente integração do mercado mundial. Mas as observações anteriores são suficientes para mostrar como avançar nas análises de Marx. ■

Contato com Bob Jessop <b.jessop@lancaster.ac.uk>

> Landnahme capitalista

Uma nova abordagem marxista da lei

Por **Guilherme Leite Gonçalves**, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil



Obra de arte original (aquarela em tela de 20 x de 30, 2011) pelo pintor filipino Menino Dominguez. "Green Grabbing", *JPS Special Issue* 39 (2), abril de 2012. Editado por James Fairhead, Melissa Leach e Ian Scoones.

> O Marxismo e a lei

Muito do que sabemos sobre a noção marxista de direito está fundamentado na crítica de Evgeny B. Pashukanis sobre a forma jurídica. O ponto de partida é o argumento de Marx de que, na sociedade capitalista, a sociabilidade adquire a forma de valor, implicando que o trabalho concreto é realizado através do intercâmbio de mercadorias. Isso assume a vontade autônoma e igual de cada um dos proprietários das mercadorias. Tal existirá apenas como forma jurídica. A forma jurídica, por sua vez, cria uma igualdade abstrata entre diferentes formas de trabalho concreto, mascarando a autorreprodução da desigualdade. A lei adquire, portanto, uma personalidade fetichista.

A crítica tradicional da forma jurídica analisa a estrutura da lei somente quando o dinheiro é transformado em capital e a mais-valia é produzida. Isso explica porque a dominação adquire a forma de dominação abstrata, como a apropriação do trabalho do produtor imediato é tornada invisível, e como o intercâmbio entre iguais reproduz a desigualdade. *Mas o capitalismo se reduz a esse ciclo?*

> A acumulação e a *Landnahme* [apropriação da terra]

Para continuar sendo capital, o capital deve sempre ser valorizado. Exige mais trabalho do que o necessário, produzindo mão-de-obra excedente e capital. Esse processo não medido tem que lidar com as possíveis condições sociais para a realização do valor criado. Há, então, uma sobreacumulação que prejudica a lucratividade.

Nessa fase, o capital deve aproveitar outros espaços sociais para permitir o aumento da quantidade de valor, abrindo um novo ciclo de valorização. Essas dinâmicas não correspondem ao princípio da troca de equivalentes, mas sim à capacidade de aproveitar tais espaços de acordo com a pressão de (re)valorização. É uma forma de acumulação primitiva contínua.

No trabalho de Marx, a acumulação primitiva é entendida como o ponto de partida para o modo de produção capitalista. É esse processo que separa o produtor dos seus meios de produção, resultando em uma expropriação violenta de grupos sociais e a criação de pessoas livres para vender sua força de trabalho. Rosa Luxemburgo argumenta que esse é um fator do próprio desenvolvimento do capitalismo; uma vez que apenas uma parte limitada da mais-valia pode ser apropriada no local de produção, o sistema deve sempre se transformar em um exterior não-capitalista para ser realizado integralmente. Esse processo é marcado por violência explícita. David Harvey vai mais longe, analisando como o capital supera as crises de sobreacumulação através da acumulação por despossessão. A partir deste argumento, Klaus Dörre desenvolveu o teorema de *Landnahme* [apropriação da terra]: expansão capitalista como a mercantilização permanente e violenta de um exterior não comercializado.

Na fase de *Landnahme*, a lei tem um caráter diferente do descrito por Pashukanis. Como afirma Luxemburgo, no intercâmbio de equivalentes, "paz, propriedade e igualdade, como formas, regra", o que significa que "a apropriação da propriedade de outra pessoa se transforma em um direito à propriedade; exploração, troca de mercadorias; e

>>

a dominação de classe, em igualdade”. Alternativamente, na expropriação de espaços não-capitalistas, Luxemburgo afirma que “a política colonial, o sistema internacional de empréstimos, a política de interesse privado e a guerra governam. É aqui que a violência, a fraude, a opressão e o saque se tornam evidentes.” Em suma: a lei funciona como violência legal explícita e uma prescrição expressa de desigualdade.

A *Landnahme* é assim desenvolvida através do Estado para provocar uma transformação violenta das relações de propriedade existentes. Esse modelo é resultado de reformas legais que visam substituir as relações de propriedade coletiva e comum com as privadas.

Além disso, a *Landnahme* implica uma reestruturação espacial: as populações locais são expulsas e, uma vez retiradas do seu espaço comum ou público, se tornam trabalhadores assalariados “livres” e são disciplinadas em seu novo papel na cadeia produtiva. Assim, além dos instrumentos de expropriação do espaço público e comum, a lei também facilita o controle dos expropriados.

> A *Landnahme* e a lei

A reprodução social-legal de *Landnahme* ocorre em três fases:

1) Legislação

A natureza jurídica é um processo simbólico, implicando a caracterização discursiva do exterior não-capitalista como um Outro desviante e inferior. O principal instrumento são os direitos humanos.

O caráter universal dos direitos humanos pressupõe a existência de valores intrínsecos à natureza humana, alegando que todas as pessoas devem ser tratadas de forma igualitária e que a proteção legal dos valores humanos é universal. Assim, se é verdade que os indivíduos carregam a humanidade dentro de si mesmos, mas seus atos são contingentes e podem se opor aos próprios direitos humanos, é dever dos direitos humanos combater o desviante. Essa é a premissa para a definição de um critério de justiça, que é usado para julgar as práticas sociais.

No capitalismo global, esse discurso constrói uma hierarquia espacial: de um lado, espaços civilizados com racionalização moderna; por outro lado, bolsões de injustiça e normas irracionais. Mas essa diferença reflete, de fato, nas relações de poder existentes na sociedade. Nesse sentido, o critério da justiça é a universalização da visão de mundo da classe dominante, que a usa para impor seus interesses particulares. O discurso humanista torna-se assim um motor de intervenções externas e de colonização.

2) Instrumentos legais de privatização

Uma vez que o exterior é caracterizado como um outro,

a mercantilização pode ocorrer. Para impulsionar esse processo, o direito desenvolve instrumentos que permitem a transferência de propriedade pública, coletiva ou comum para atores privados. Esses instrumentos facilitam a desregulamentação, a privatização e a abertura de um determinado setor ao mercado global. Eles aparecem sob diferentes projetos institucionais: vendas de ativos, empresas ou áreas públicas; parcerias público-privadas; transferência de propriedade ou administração de um serviço público para empresas privadas; etc. Todos esses projetos funcionam como roubo legal, no qual o Estado, sob a justificativa de promoção de utilidade, remove pessoas de suas terras e reestrutura território para a criação de valor.

3) Uso do direito penal

Em sua análise da “legislação sangrenta”, Marx descreveu o uso do direito penal como operando paralelamente à expropriação de camponeses de suas terras. Quando os camponeses foram expulsos e se tornaram livres para vender sua força de trabalho aos capitalistas, eles não foram totalmente absorvidos pela economia industrial. Esses camponeses, socializados em outras práticas, não corresponderam aos novos padrões de trabalho e modo de vida. Eles foram forçados a se ajustar à disciplina da nova situação através das leis repressivas contra a vagabundagem.

Esse padrão funcional do direito penal se repete nos processos de *Landnahme*. As técnicas jurídicas são frequentemente utilizadas para facilitar a privatização dos espaços e a ruptura do coletivo e da comunidade de grupos sociais e populações locais - liberando-os para vender sua força de trabalho. Uma vez que são “livres”, o direito penal é usado para disciplinar a força de trabalho. No contexto atual, isso significa uma disciplina de relações de trabalho precárias e flexíveis. Isso ocorre através de métodos de criminalização da pobreza, obrigando as pessoas a entrar em um sistema precário de trabalho assalariado.

> Conclusão

Há dois aspectos emaranhados na reprodução social-legal do capitalismo. No intercâmbio de leis equivalentes do ciclo trabalhista funcionam como a forma da igualdade e da liberdade abstratas, que estão ligadas ao fetichismo das mercadorias. No ciclo expansionista do capitalismo, aparecem como violência legal explícita, como as três fases acima mencionadas. Considerando que o intercâmbio do ciclo de equivalentes tende à formação de sobreacumulação, ele sempre atinge um ponto nevrálgico, que exige a ativação de novas expropriações em um exterior não comercializado. Assim, a reprodução social-legal do capitalismo se materializa através da alternância contínua entre a forma jurídica fetichista e a violência legal explícita.

Contato com Guilherme Leite Gonçalves
<guilherme.leite@uerj.br>

> Marx e a Sociologia na Índia

Por **Satish Deshpande**, Universidade de Délhi, Índia

Desde cerca de meados do século XX, foi apenas no Ocidente anglo-americano que o Marxismo acadêmico se tornou maior do que o Marxismo político. Em grande parte do mundo (e não apenas na Europa Oriental ou na antiga União Soviética), o marxismo tem sido muito mais importante como ideologia política do que como uma persuasão acadêmica. É por isso que, ao escrever sobre lugares fora do Ocidente, as discussões sobre “Marx e sociologia” precisam ser colocadas dentro de um contexto societário mais amplo.

Fundado entre 1920 e 1925, o Partido Comunista da Índia (CPI) foi o segundo maior partido nas primeiras três eleições nacionais realizadas em 1952, 1957 e 1962, embora tenha ganhado menos de 30 lugares contra os mais de 360 obtidos pelo partido Congresso. No entanto, o CPI se distinguiu por formar o primeiro governo comunista democraticamente eleito no mundo, em 1957, no estado sulista de Kerala (atualmente com 33 milhões de habitantes). O CPI-marxista, ou CPM (formado após uma divisão em 1964) foi reeleito continuamente por 34 anos (de 1977 a 2011) no estado oriental de Bengala Ocidental (91 milhões de habitantes). Mas a importância eleitoral do comunismo diminuiu e hoje o seu grande impacto é sentido através do conflito armado em curso entre o estado indiano e uma coalizão de grupos maoístas formados entre povos tribais nas regiões de florestas da Índia central, principalmente no estado de Chhattisgarh (26 milhões de habitantes). Uma fonte de influência mais limitada são as organizações estudantis com fidelidade à partidos ou movimentos marxistas.

O marxismo também tem sido significativo na academia indiana, mas sua influência é maior na História, na Economia e na Ciência política do que na Sociologia. Dentro da

Sociologia, três estudiosos tiveram o maior impacto; todos eles atuaram como presidentes da Sociedade de Sociologia Indiana (ou seus antecessores).

O primeiro deles foi Dhurjati Prasad Mukerji (1894-1961), intelectual influente que ensinou no departamento de economia e sociologia da Universidade Lucknow, de 1922 a 1954. Mukerji estava principalmente interessado no método marxista, que era o tema de seu livro *Sobre a história indiana: Um estudo sobre o método* (1945). Ele se autodenominou “marxólogo” ao invés de “marxista” devido às suas reservas quanto ao marxismo e suas tendências doutrinárias que impediam que ele abordasse as especificidades do contexto indiano.

Akshay Ramanlal Desai (1915-1994) foi indiscutivelmente o acadêmico que mais fez pelo desenvolvimento da sociologia marxista na Índia. Ele entrou na academia relativamente tarde, depois de ter trabalhado como organizador em tempo integral de organizações políticas nacionalistas, marxistas e, finalmente, trotskistas (às quais ele permaneceu adepto por toda a sua vida). Sua tese de doutorado em sociologia submetida à Universidade de Mumbai foi publicada em 1948 sob o título *O Contexto Social do Nacionalismo Indiano* e continua sendo um clássico perene hoje, após doze reimpressões, seis edições e inúmeras traduções em língua indiana. O livro usa a “concepção materialista da história” para conectar as transformações econômicas desencadeadas pelo colonialismo às mudanças socioculturais e políticas que finalmente produziram o nacionalismo. O argumento de Desai, que o desenvolvimento capitalista já havia começado no período colonial, era contrário à linha do partido do CPI e ao CPM, que afirmavam que a sociedade indiana ainda era “semi-feudal”. Além do nacionalismo, ele

“Na maior parte do mundo, o marxismo tem sido muito mais importante como ideologia política do que como uma persuasão acadêmica”

também publicou livros sobre lutas camponesas e agrárias na Índia, bem como discussões em livros sobre direitos humanos e sua violação pelo Estado. Desai juntou-se ao departamento de sociologia em Bombai em 1951 e passou a dirigi-lo em 1969. A sua contribuição geral é ter feito uma tentativa explícita de desenvolver uma sociologia marxista na Índia e promover essa abordagem entre seus alunos e outros estudiosos sob sua orientação.

Dattatreya Narayan Dhanagare (1936-2017) estudou com o sociólogo marxista britânico Tom Bottomore na Universidade de Sussex e passou a maior parte de seu ensino profissional na Universidade de Pune, na Índia. Os trabalhos mais conhecidos de Dhanagare são os movimentos sociais, nomeadamente *Movimentos Camponeses na Índia* (1983) e *Populismo e Poder* (2015). Através de seus escritos e seus alunos de pós-graduação, Dhanagare contribuiu significativamente para a promoção da análise de classes na sociologia indiana.

As perspectivas marxistas têm sido mais proeminentes na história (onde são dominantes) e na economia (onde são uma minoria significativa). Exemplos internacionalmente aclamados de saberes marxistas nessas disciplinas são encontrados nos chamados “debate sobre o modo de produção” e no trabalho da escola de pensamento dos Estudos Subalternos.

Desde o final da década de 1960 até o início da década de 1980, uma geração inteira de estudiosos (principalmente economistas) se esforçou fortemente para caracterizar o modo de produção da Índia agrária desde o período colonial. Tomando nota do debate de Maurice Dobb-Paul Sweezy sobre a transição do feudalismo para o capitalismo na Europa, o debate sobre o modo de produção indiano centrou-se nas especificidades da transição em um

sistema agrário feudal-colonial. Levantou-se a questão de definir o capitalismo na agricultura em novos níveis de sofisticação teórica, abordando temas com riqueza de detalhes empíricos, tais como: trabalho assalariado versus trabalho familiar; utilizações produtivas de excedentes versus utilizações improdutivas; o papel da coerção extra econômica na relação capital-trabalho; a viabilidade de um “modo de produção colonial”; e as implicações da distinção de Marx entre a subsunção formal e real do trabalho pelo capital.

O grupo de estudiosos que trabalha sob a rubrica dos Estudos Subalternos desde o início dos anos 1980 até os anos 2000 se reuniu na tentativa de criticar as versões existentes da historiografia marxista e, em especial, o tratamento do nacionalismo indiano. Argumentando que essa história se concentrou na elite e ignorou as classes subalternas, o coletivo produziu uma interpretação gramsciana do nacionalismo de elite como um regime de “dominação sem hegemonia” marcado pelo “fracasso da burguesia indiana em falar para a nação”, bem como pela fraqueza das mobilizações subalternas. Os historiadores subalternos enfatizaram a história social e cultural e as formas populares de resistência e mobilização. O coletivo já foi dissolvido, embora seus membros continuam sendo ativos acadêmicos e intelectuais.

Finalmente, o marxismo é uma parte rotineira do currículo de ciências sociais nas universidades indianas (exceto, ultimamente, na Economia). Atualmente, as perspectivas marxistas mantêm seu significado na Índia, mas tendem a ser mais difusas e híbridas, refletindo tendências globais mais amplas. ■

Contato com Satish Deshpande <sdeshpande7@gmail.com>

> Marx no século XXI

Por **Michelle Williams**¹, Universidade da Witwatersrand, África do Sul e membro dos Comitês de Pesquisa da ISA sobre Economia e Sociedade (RC02) e Movimentos Trabalhistas (RC44)



Repensando a interseção entre raça e classe dentro da teoria marxista?

As ideias de Marx sobre as dimensões emancipadoras e opressivas do capitalismo inspiraram estudiosos, políticos e ativistas em todo o mundo há mais de 150 anos e orientaram toda uma tradição intelectual conhecida como marxismo. Poucos intelectuais e atores radicais tiveram tanto impacto no mundo, exceto talvez Adam Smith, Charles Darwin, Mahatma Gandhi, Jesus Cristo, o Profeta Maomé e Buda.

O marxismo procurou simultaneamente *compreender* e *explicar* o capitalismo e também resistir e mudar o mundo. Em outras palavras, a contribuição do marxismo é dupla: (1) como um conjunto de idéias analíticas sobre a dinâmica do capitalismo; e (2) como uma ideologia e guia para movimentos políticos. O século XX estava repleto de movimentos, grupos e estados marxistas, abrangendo vastas áreas do mundo.

> O impacto das ideias de Marx

Deixe-me começar com o impacto das ideias de Marx. As suas ideias influenciaram a teoria social moderna, onde ele iniciou a investigação social sobre a natureza da modernidade capitalista. A sua influência se estende nas ciências sociais, incluindo sociologia, política, economia, comunicação,

filosofia, antropologia e relações internacionais, bem como nas ciências naturais e duras (incluindo geografia e tecnologia da informação) e humanidades (artes, estudos retóricos e literários e educação). Após a crise econômica de 2008, mesmo os economistas convencionais reconheceram publicamente que a análise do capitalismo de Marx tem muito para nos ensinar. Marx nos oferece uma das análises mais sofisticadas do capitalismo, mas não é apenas a análise do capitalismo que capturou a imaginação da esquerda. Os conceitos de Marx e as sugestões implícitas sobre uma futura ordem pós-capitalista inspiraram alguns dos pensamentos mais prolíficos e teoricamente sofisticados sobre o socialismo no século XX e continuam a inspirar a pensar sobre o socialismo do século XXI, por exemplo, na América Latina.

O outro lado da influência de Marx é o impacto de suas ideias sobre os movimentos políticos. A maioria das alternativas ao capitalismo do século XX se inspiraram nas idéias de Marx sobre uma futura ordem pós-capitalista. A história está cheia de exemplos de movimentos de inspiração marxista mas, infelizmente, muitas dessas experiências possuem histórias infalíveis de autoritarismo, opressão, exploração e mesmo genocídio. O marxismo na prática também tem histórias de sexismo, racismo e defesa de relações coloniais. Hoje também vemos a China e o Vietnã se mudarem para o

>>

capitalismo de mercado em nome do “socialismo de Estado”. Não podemos ignorar ou negar essas histórias.

No entanto, Marx e o marxismo também inspiraram movimentos extraordinários e reuniram povos de todo o mundo. Os soviéticos na revolução russa, os movimentos anticoloniais e a solidariedade de Cuba com o movimento de libertação sul-africano e a brutal e mortal batalha contra o regime do *apartheid* em Angola são exemplos. O legado de Marx é mais profundamente representado na forma como as suas ideias inspiraram e galvanizaram as pessoas a pensar e lutar por um mundo pós-capitalista - um mundo mais igualitário, justo, pacífico e livre de exploração e todas as formas de opressão.

Hoje, o surgimento do pós-modernismo com suas concepções antimarxistas de poder, alienação social, precariedade, desigualdade e marginalização resgatou a importância da análise marxista. O recente avivamento do marxismo não é simplesmente um retorno aos entendimentos do marxismo nos séculos XIX e XX. Para que o marxismo persista, os textos não podem ser lidos de maneiras dogmáticas e puristas, e as práticas políticas devem ultrapassar o vanguardismo. O legado de Marx perdura através de nossa contínua renovação e reformulação da teoria para que continue ajudando a esclarecer o mundo em que habitamos. Assim como o feminismo assumiu o marxismo na década de 1970 e teorizou ideias como a reprodução social, a interseção e múltiplas formas de opressão, nós precisamos envolver as ideias de Marx e os marxistas em torno de questões contemporâneas de raça, gênero, orientação sexual, a importância da democracia para um projeto emancipatório, os limites ecológicos e a crise global do capitalismo.

> O caso da África do Sul

Na África do Sul, um dos nossos maiores desafios é levar o marxismo a compromissos produtivos em torno da raça e do racismo após o *apartheid*. O fracasso do marxismo em abordar questões de raça deriva do fato de que os marxistas precursores tendiam a enxergar raça como uma construção social e um reflexo da falsa consciência. A questão da raça repetidamente surgiu ao longo do século XX nos debates sobre questões nacionais em contextos como a extinção do Império Britânico, a revolução russa, a descolonização e a luta contra o *apartheid*. À medida que os marxistas começaram a abordar a questão da raça, eles tenderam a se concentrar

na relação entre raça e classe, muitas vezes reduzindo a raça à classe e o racismo à sua funcionalidade dentro da acumulação capitalista. Os marxistas argumentaram que o racismo divide a classe trabalhadora e precisa ser desafiado através de uma política de solidariedade entre a classe trabalhadora. O marxismo vê a universalidade na identidade da classe trabalhadora superando a particularidade do racismo.

Análises teóricas mais sofisticadas analisaram a interseção de raça e classe destacando a contingência histórica, bem como as articulações entre modos de produção pré-capitalistas e capitalistas. Na África do Sul, a articulação entre raça e classe assumiu uma urgência particular com a opressão política sistêmica do *apartheid* baseada na raça, que convergiu com a exploração capitalista. No entanto, apesar do fim do *apartheid*, os padrões de opressão racial continuaram na África do Sul contemporânea através de um capitalismo que *tanto corroeu quanto reproduziu* formas de opressão racial. Para entender a continuação da opressão racial dentro do capitalismo global, na África do Sul e em muitos outros lugares ao redor do mundo, é necessário haver uma nova análise marxista, que está começando a surgir.

> Conclusão

As ideias de Marx e os marxistas só continuarão a ressoar no século XXI se tivermos coragem suficiente para envolvê-las, transformá-las e reformá-las para os nossos tempos atuais. Novos movimentos anticapitalistas já estão fazendo isso através da união do marxismo pós-vanguarda com outras tradições anticapitalistas, como o feminismo, a ecologia, o anarquismo, o antirracismo e as tradições democráticas e indígenas. Esses movimentos não procuram um modelo ideológico coerente ou uma elite de vanguarda para liderá-los, mas compartilham a crença de que “outro mundo é possível” através de alternativas democráticas, igualitárias, ecológicas e sistêmicas ao capitalismo, construídas por pessoas comuns. Isso está no espírito da própria investigação de Marx! ■

¹ Essas reflexões se baseiam em dois artigos: Satgar, V. and Williams M. (2017) “Marxism and Class” in Kathleen Korgen (ed.) *The Cambridge Handbook of Sociology*. Cambridge: Cambridge University Press; Williams, M. (2013) “Introduction” in Michelle Williams e Vishwas Satgar (eds.) *Marxisms in the 21st Century: Crisis, Critique & Struggle*. Johannesburg: Wits University Press.

Contato com Michelle Williams <michelle.williams@wits.ac.za>

> Marx e o Sul Global

Por **Raju Das**, Universidade de York, Canadá, e membro do Comitê de Pesquisa sobre Economia e Sociedade da ISA (RCO2) e **David Fasenfest**, Universidade do Estado de Wayne, EUA, Tesoureiro do Comitê de Economia e Sociedade da ISA (RCO2)

Karl Marx morou na Europa há 150 anos, onde se engajou na política e escreveu sobre a Europa. Entre as milhares de páginas que ele escreveu, estudiosos calcularam que apenas cerca de 400 páginas tratavam de sociedades não europeias - sendo a maior parte escritos jornalísticos sobre a Índia, a China e o Império Otomano, do ponto de vista das políticas domésticas britânicas. Como, então, suas ideias são relevantes para o mundo contemporâneo do Sul Global (doravante, Sul), o lar da maioria da população mundial em países economicamente menos desenvolvidos que os da Europa e do Norte industrial?

Deixando de lado as questões de quando Marx escreveu, ou o foco geográfico do desenvolvimento capitalista, argumentaremos por uma visão dialética mais matizada da relevância de Marx para o Sul. Mas, em primeiro lugar, é necessário evitar dois perigos: o excepcionalismo mundial-regional (absolutizando a especificidade do Sul) e o universalismo eurocêntrico (aplicando mecanicamente as suas ideias como se as regiões do Sul fossem uma Europa mais quente ou simplesmente uma "Europa tardia"). Rejeitamos a alegação que a relevância de Marx se limita ao seu tempo e lugar e, portanto, não sendo significativa no Sul - uma visão tomada por teóricos pós-coloniais e pós-modernos que sustentam que as regiões do Sul são muito diferentes da Europa. Claramente, nem tudo em Marx é relevante para o Sul, mas muito o é.

A análise de Marx centrou-se na Europa como o local onde o capitalismo, como um sistema, fincou raízes, ao invés de transmitir qualquer sentido que as experiências europeias fossem de alguma forma privilegiadas ou únicas. Podemos dizer com segurança que as análises e os escritos de Marx foram mais plenamente aceitos e praticamente avançados na Ásia e em todo o Terceiro Mundo.

As ideias de Marx podem ser classificadas com base nas relações sociais e na geografia. No primeiro caso, as suas ideias abstratas são sobre todas as formas de sociedade de classes, seja a forma capitalista da sociedade de classes ou a sociedade sob formas avançadas de capitalismo. No

segundo, enquanto algumas de suas ideias são específicas do capitalismo avançado tal como surgiu na Europa do século XIX, na medida em que as relações capitalistas se desenvolvem no Sul as ideias sobre o capitalismo avançado na Europa podem ter alguma relevância.

A totalidade das ideias de Marx como um corpo de trabalho intelectual reflete e busca promover a mudança social radical-democrática e anticapitalista de todas as formas de sociedade de classes, incluindo a mudança dos preconceitos profundos e as práticas materiais da sociedade contra grupos oprimidos, como as mulheres e minorias racializadas. A economia política de Marx da sociedade capitalista considera a economia, o Estado, a cultura, a transformação ecológica e contém ideias sobre a prática política revolucionária.

O foco de Marx na materialidade da vida é relevante para o Sul Global, onde as necessidades da maioria das pessoas permanecem insatisfeitas. A sua perspectiva materialista dialética permite ver o Sul em termos de problemas materiais (carência de alimento, abrigo, vestimentas e etc.), de suas diversas contradições, de suas relações internas com o sistema imperialista e assim por diante. Na medida em que o estudo do Sul foi moldado pelo pós-colonialismo/pós-modernismo e que essas perspectivas são céticas em relação a Marx, uma contra crítica da percepção pós-colonial do Sul pode e deve se basear nas próprias ideias filosóficas de Marx. Para Marx, os seres humanos, como parte da natureza, têm necessidades materiais e necessidades culturais. Para satisfazer essas necessidades, eles devem interagir com a natureza e entre si. Combinam seu trabalho com os meios de produção, em última instância derivados da natureza no contexto das relações sociais de produção, para produzir coisas que satisfaçam as suas necessidades. À medida que as forças produtivas se desenvolvem, produz-se um excedente e, com isso, o potencial para a desigualdade de classes e a luta de classes sobre esse excedente. Em uma sociedade de classes, seja no Sul ou no Norte, a maioria dos trabalhadores livres ou não-livres produz trabalho excedente. Como Marx observou no Volume I de *O Capital*:

>>

“Rejeitamos a alegação que a relevância de Marx se limita ao seu tempo e lugar e, portanto, não sendo significativa no Sul”

“Sempre que uma parte da sociedade possui o monopólio dos meios de produção, o trabalhador, livre ou não-livre, deve agregar ao tempo de trabalho necessário para sua própria manutenção uma quantidade extra de tempo de trabalho para produzir os meios de subsistência para o detentor dos meios de produção, seja esse proprietário [...] um proprietário de escravos, [...] ou um proprietário de terras moderno ou um capitalista”.

Embora os exemplos empíricos de Marx tenham vindo da Europa, a sua abordagem do capitalismo era basicamente global ou internacionalista. O comércio mundial foi o pressuposto do capitalismo, quando Marx aponta que a produção e a circulação de mercadorias – em primeiro lugar e como se tornam mais desenvolvidas – constituem a base da troca e do comércio internacional. A história moderna do capital data da criação de um comércio e um mercado mundiais. Com efeito, a geografia mundial do comércio é uma condição prévia para o capitalismo, o que, por sua vez, torna o capitalismo um fenômeno global.

Os países do Sul devem ser vistos fundamentalmente em termos de classes no sentido marxista como países que sofreram revogações democráticas abortadas ou revoluções agrárias contra as relações feudais, revoluções nacionais (ou anti-imperialistas) abortadas e revoluções anticapitalistas abortadas ou fracassadas. O capitalismo

do Sul é profundamente impactado pelo imperialismo e coexiste com uma formação social que pode conter remanescentes de feudalismo e da produção de mercadorias baseadas em relações diferentes do trabalho assalariado, incluindo tradições coletivas indígenas.

Para finalizar, as ideias de Marx foram desenvolvidas a partir de diferentes perspectivas no Sul Global, sociedades pós-soviéticas e em outras economias de mercado emergentes, em oposição a uma compreensão eurocêntrica da mudança social e da resistência ao capitalismo. O fato de haver variedades de marxismo regional - marxismo africano, marxismo asiático, marxismo latino-americano, marxismo indiano e marxismo chinês (que agora está sendo promovido em várias escolas do marxismo nas principais universidades da China) e que os estudos marxistas sobre o desenvolvimento internacional, o imperialismo, a mudança agrária e etc. estão florescendo, sugerem que Marx é relevante para as questões relacionadas ao Sul. Isso também é indicado pela institucionalização de ideias marxistas sob a forma de revistas marxistas publicadas no Sul ou, mais geralmente, que tratam do Sul.

Contato com:
David Fassenfest <david.fassenfest@wayne.edu>
Raju Das <rajudas@yorku.ca>

> Desigualdades de classe e lutas sociais na China

Por **Jenny Chan**, Universidade Politécnica de Hong Kong e membro do Comitê de Pesquisa ISA sobre Movimentos Trabalhistas (RC44)



Trabalhando no serviço de entrega de encomendas na China.
Foto por Jenny Chan.

Na noite de 18 de novembro de 2017 um incêndio nos arredores do sul de Pequim levou dezenas de vidas, oito delas crianças. O prédio de dois andares, com um porão, foi dividido em pequenos quartos e lotado com pessoas buscando aluguel barato. Em vez de fornecer ajuda de emergência às vítimas e aos sobreviventes, o governo começou a perseguir dezenas de milhares de pessoas “low-end” [carentes] – como descrito na terminologia derogatória oficial – da capital chinesa. O incêndio mortal provocou uma campanha de inspeção de segurança em toda a cidade e a demolição de estruturas ilegais de apartamentos alugados, fábricas, armazéns, mercados, escolas, restaurantes e lojas, interrompendo a vida de indivíduos e famílias marginalizadas. O despejo em massa, que não foi o primeiro e provavelmente não será o último, provocou um protesto da sociedade civil, embora as vozes dos manifestantes tenham sido rapidamente suprimidas da mídia nacional. Com a emergência da China global, os cidadãos de baixa renda continuam a lutar por melhores condições de trabalho e de vida nas margens da cidade “high-

end” [alto padrão]. E o estado chinês será inevitavelmente escrutinado por sua retórica e implacável busca do “sonho chinês” em detrimento da dor que isso inflige ao seu povo.

> Produção e reprodução social de migrantes rurais chineses

A rápida acumulação de capital da China nas últimas quatro décadas foi estimulada, em partes, pela forte dependência de uma força de trabalho migratória rural-urbana. Segundo números oficiais, cerca de 282 milhões de migrantes rurais foram atraídos para os setores de fabricação, serviço e construção em povoados e cidades em todo o país, um aumento de mais de 50 milhões após a recuperação econômica desde 2009, representando um quinto da população total da China. Os governos municipais adotaram um “sistema de pontos”, concedendo a migrantes rurais um registro urbano baseado em critérios, como a sua capacidade de comprar uma casa, habilidades de trabalho especializadas e desempenho educacional. No entanto, mesmo após anos de trabalho na cidade, a grande maioria dos migrantes e seus filhos com educação média permanecem sendo cidadãos de segunda classe, mantendo o status de residência rural e sem acesso igual à educação pública, cuidados subsidiados de saúde e benefícios de aposentadoria, possibilitando a supressão dos custos trabalhistas.

Os trabalhadores migrantes mal-remunerados são frequentemente alojados em dormitórios, que são rentáveis para o empregador e que garantem que os trabalhadores

>>



Logística terrestre na China.
Foto de Jenny Chan.

passem a maior parte das horas fora do horário de trabalho se preparando para o próximo turno. A fronteira sócio-espacial entre trabalho e vida é desfocada, ajudando a garantir que os prazos de produção sejam cumpridos, facilitando a realização de horas extras. A arquitetura multifuncional de oficinas de produção, armazéns e locais residenciais, típica dos primeiros distritos industriais, ainda é comum nas cidades contemporâneas, onde os migrantes se concentram.

Na busca de uma liberdade pessoal limitada em suas vidas privadas, os trabalhadores deixam o dormitório coletivo dominado pela administração para alugar apartamentos privados assim que eles possam se dar ao luxo. Eles são frequentemente casas de aluguel baratas, sem janelas, ou apenas uma pequena janela, que são ao menos um elo para o mundo exterior. Alguns complexos são infestados de mosquitos, ratos e baratas. As tarifas de serviços públicos e de propriedade variam amplamente. À medida que os preços da habitação privada atingiram as megacidades, os ganhos dos trabalhadores foram consumidos pelos proprietários.

Os migrantes de colarinho azul vendem seu trabalho em serviços de entrega de alimentos, entrega de pacotes, serviços de limpeza de carros e limpeza doméstica, apenas para citar alguns exemplos. Eles fomentam o crescimento do PIB da China e a mudança do trabalho fabril para o de serviços. Com a expansão contínua da economia digital, são criadas dezenas de milhões de novos trabalhos “flexíveis” mediados por plataformas e aplicativos. No entanto, como contratados independentes, eles não são adequadamente protegidos pela legislação trabalhista nacional; a segurança no emprego e a estabilidade da renda são mínimas. Com o desligamento de locais de trabalho sem licença e dormitórios não registrados após o incêndio mortal, veio à tona a vulnerabilidade dos trabalhadores do serviço informal e seus filhos, bem como muitos trabalhadores de outros setores. Alguns tiveram que pagar aluguel mais alto por uma habitação temporária para suportar o frio severo,

enquanto outros não tiveram outra escolha senão ir embora.

Os migrantes internos chineses têm sido alvo de esforços de “limpeza” dos governos urbanos. Da cidade ao campo, sob o acelerado ritmo de “desenvolvimento” e transformação econômica, a invasão de cidades em terras agrícolas e aldeias tem se intensificado. Contingentes de aldeões foram deslocados, sem a possibilidade de voltar para suas casas. Os trabalhadores sem-terra, que perderam seu acesso às parcelas domésticas em suas aldeias natal, enfrentam um fardo adicional: os empregadores são relutantes em contratar aldeões que perderam seus meios de subsistência e que, devido a essa condição, demandam salários maiores. Os empreiteiros de projetos rurais, particularmente na indústria de construção civil organizada por meio de redes locais, se recusam a contratar trabalhadores camponeses sem posse porque têm que remunerá-los à vista para manter o sustento básico desses trabalhadores antes de serem pagos pelo trabalho, o que normalmente ocorre na conclusão de o projeto. Entre os desempregados, os migrantes sem-terra são constituem a parcela mais desprivilegiada.

> Rumo a alianças transversais de classe para a mudança de sistema?

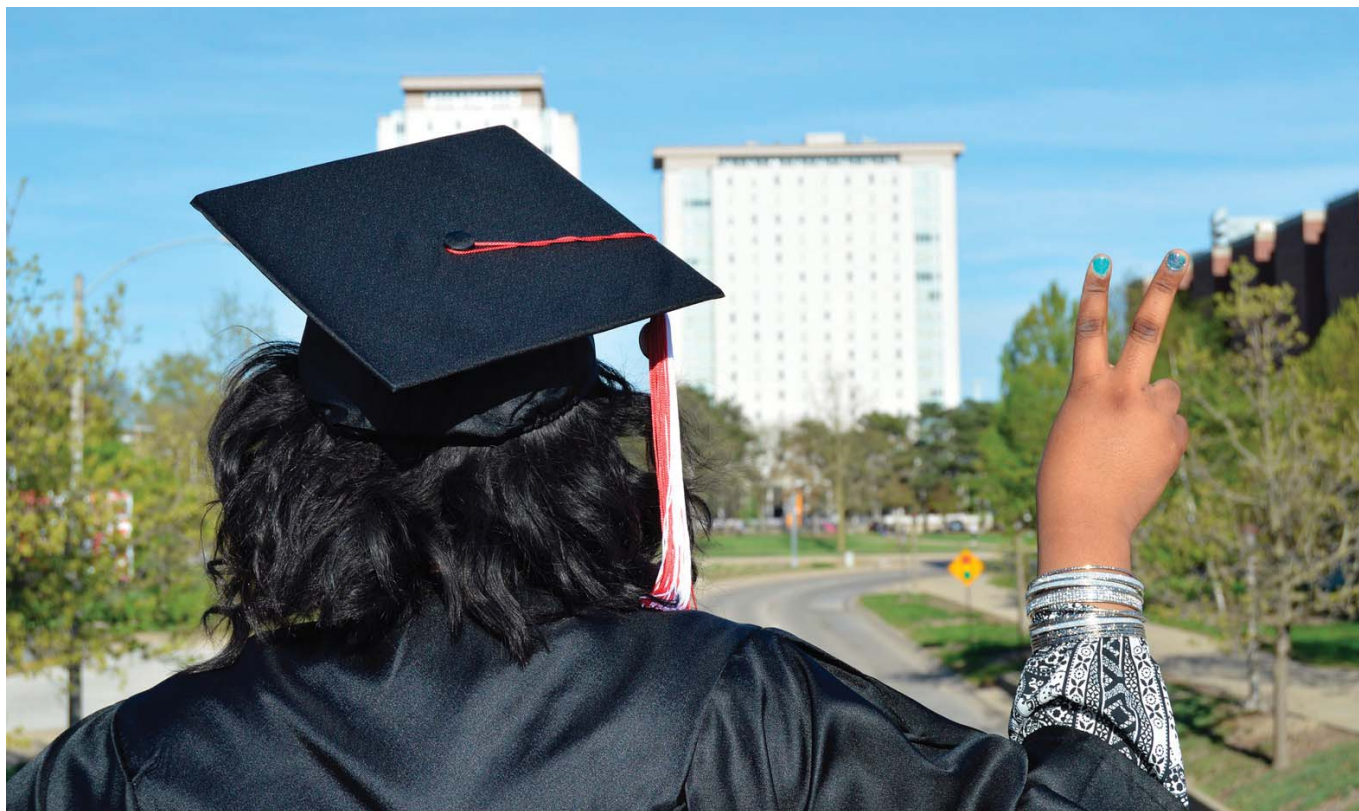
Tanto a natureza como o trabalho estão na base da acumulação de capital: quanto mais rápido o ritmo de acumulação de capital, mais extensa é a escala de expropriação da natureza e subsunção do trabalho. A desapropriação da terra e a proletarização estão de mãos dadas com o advento da capital em Pequim e muitos outros lugares. Sob os auspícios dos estados provinciais, as poderosas corporações transnacionais utilizaram mais mão-de-obra e terras rurais e trabalho urbano para alcançar o lucro. As lutas sindicais de base, quando enraizadas localmente, têm que enfrentar ao mesmo tempo as forças do capital global e do Estado chinês em todos os níveis.

O atual período de protestos de curta duração, em locais de resistência localizados e dispersos entre a China costeira e o interior, precisa se desenvolver ainda mais ao longo das linhas intra e inter-classes e em toda a divisão urbano-rural, construindo um movimento social de base mais ampla. Enquanto estudiosos e ativistas, nós precisamos promover uma unidade mais forte com a classe trabalhadora precária e outras classes sociais para lutar pelos direitos trabalhistas e pela justiça social. Um local de trabalho seguro e um lar decente não serão concedidos, mas sim conquistados com luta. ■

Contato com Jenny Chan <jenny.wl.chan@polyu.edu.hk>

> Um estudo comparativo de universidades públicas e privadas na Índia

Por **Niharika Jaiswal**, Nova Delhi, Índia



A mercantilização das universidades prejudica a educação pública na Índia e em todo o mundo.

Na Índia, com o advento das políticas neoliberais, o crescimento das economias do conhecimento e a inclusão de provedores privados de educação, as redes globais e o setor privado têm o poder de ditar o que se qualifica como “conhecimento relevante”. A ideia de educação “bem comum” é substituída pela ideia de educação como uma “mercadoria privada”. As universidades são comercializadas como “marcas” que defendem “cursos comercializáveis”. Esse discurso rotulou as artes como “improdutivas”, forçando disciplinas como a sociologia a se reinventar para garantir a sua sobrevivência.

Embora essa ampla tendência à mercantilização seja amplamente reconhecida, o que é menos conhecido é que as universidades públicas e privadas estão convergindo

para práticas semelhantes. Essa convergência questiona o significado do “público” em uma sociedade democrática liberalizada, privatizada e globalizada. Meu argumento é apoiado por uma análise comparativa da estrutura e do conteúdo do currículo de graduação de sociologia ministrado em duas universidades públicas - Delhi University (DU) e Ambedkar University (AUD) - e uma universidade privada, Shiv Nadar University (SNU), localizada em Delhi.

A DU foi fundada em 1922. Significativamente, desde 2012 revisou repetidamente seu programa acadêmico da modalidade anual para o sistema semestral, para o Programa de Graduação de Quatro Anos (FYUP) e, finalmente, em 2015, para o Sistema de Crédito Baseado em Escolha (CBCS). A AUD é uma universidade estadual criada em 2010 exclusivamente para as ciências humanas e sociais,

>>

enquanto o SNU começou a funcionar em 2011. Embora as três universidades tenham sido estabelecidas em momentos diferentes, com agendas acadêmicas supostamente diferentes, as suas práticas parecem semelhantes.

Primeiro, todas as três universidades estão desenvolvendo programas integrados de estudo baseados em valores de “novidade”, “escolha” e melhores oportunidades de emprego. Na FYUP e no CBCS, o aumento da escolha é apresentado na forma de “eletivas” que oferecem cursos sobre temas populares como desenvolvimento, mídia, meio ambiente, culturas visuais, etc. Os “cursos Aplicados” no esquema FYUP da Universidade de Delhi, ou “cursos de aprimoramento da Capacidade e cursos de Aprimoramento de Habilidade” em seu esquema de CBCS, ou a opção de fazer a especialização junto com a graduação em ambos os AUD e SNU, todos eles servem diretamente à empregabilidade do aluno e às habilidades empreendedoras.

Em segundo lugar, destaca-se a interdisciplinaridade e relevância contemporânea dos cursos. Nos FYUP e CBCS da Universidade de Delhi, e no programa de sociologia da AUD, a interdisciplinaridade é introduzida pela opção de selecionar cursos de outros departamentos. A opção da SNU de seguir uma especialização e “grupos de estudo independentes” sugere uma orientação similar. A interdisciplinaridade é instaurada pela inclusão de cursos de história, ciência política ou literatura como “eletivas” ou “cursos Fundamentais”. No entanto, a presença de outras perspectivas disciplinares dentro dos principais cursos de sociologia só foi acomodada no AUD através de leituras de cursos. A relevância contemporânea dos programas também é evidenciada por leituras e temas de pesquisa. As “eletivas” ou os “cursos fundacionais” no CBCS e FYUP introduziram vários novos temas como “sociologia da guerra”, “cinema etnográfico” e etc. Além disso, a literatura publicada após a década de 1990 domina claramente as listas de leitura da maioria dos cursos. Por exemplo, 30 das 35 leituras no curso de AUD sobre “gênero e Sociedade” foram publicadas depois dos anos 90. Assim, foi feita uma tentativa de incorporar novos temas de estudo, fontes de conhecimento e bolsas de estudos, bem como uma interação interdisciplinar para aumentar a base de conhecimento e o conjunto de habilidades dos alunos.

Terceiro, a ligação universidade-indústria foi fortalecida em todos os programas. No CBCS, o sistema de crédito padroniza a avaliação para os empregadores. Cursos como “exposição organizacional” ou “workshop sobre expressões” no AUD, e “pesquisa e aprendizagem experimental e aplicada” na SNU, expõem o estudante a várias ONGs e empresas de pesquisa. Além disso, a ênfase na leitura de etnografias, pesquisa substantiva, redação de dissertações ou estudos de campo em nível de graduação e a diminuição do interesse pela teoria sociológica estimulam a pesquisa aplicada, ao invés de estudos “acadêmicos”.

Em quarto lugar, as universidades estão estabelecendo parcerias globais com universidades estrangeiras como estratégia de marketing. Por exemplo, o AUD e a SNU colaboraram com a Yale, a Sciences Po, a Stanford, Berkeley e etc. para melhorar a sua imagem entre os estudantes.

Assim, a sociologia e outras ciências sociais são condensadas sob o rótulo de disciplinas interdisciplinares, contemporâneas e integradas, oferecendo melhores oportunidades de vida e alcance global para seus alunos. No entanto, a essência da ciência social – sua capacidade crítica e criatividade – está comprometida.

As semelhanças entre DU, AUD e SNU sugerem que elas estão respondendo a um paradigma comum de produção de conhecimento ditado pelos princípios neoliberais. Essa mudança afeta o papel e a posição das universidades públicas, pois, como instituições públicas, elas têm a responsabilidade de defender a educação como um meio de promover o bem-estar social. Mas a crescente necessidade de estabelecer uma universidade no mercado global enfraquece isso. A educação orientada para o mercado pode se sustentar como um “bem público”? Identificamos o papel dos praticantes como “aprendizes” ou “consumidores”?

A questão em jogo é a reconceitualização filosófica do “público” pressionado pelo paradigma neoliberal da educação. O debate em torno do papel das universidades públicas não está enraizado na mudança de propriedade; em vez disso, decorre da mudança no significado de espaço público, papel público, valores e motivações. A singularidade da esfera pública é a igualdade entre seus membros, a criticidade de seu discurso, a inclusão de todas as opiniões e a sua associação legal com o domínio dos direitos constitucionais e da cidadania. Assim, o Estado de Bem-Estar Social garante o acesso à educação, água, estradas ou emprego como parte de uma vida pública garantida pelas instituições públicas.

Na nova conceitualização, o apelo para mesclar todas as diferenças entre universidades “públicas” e “privadas” para criar uma “universidade global” diminui os valores de igualdade, pensamento crítico e acessibilidade que foram esculpidos pelas trajetórias históricas das nações e das democracias. A adoção de mandatos acadêmicos e administrativos orientados pelo mercado por universidades públicas na Índia esvazia a esfera pública. Como conclusão, enquanto as universidades podem ter até conseguido competir globalmente honrando os parâmetros “globais” do que está sendo visto como “educação de qualidade”, negligenciar as políticas de poder específicas em diferentes contextos torna o conteúdo “público” vazio de seu conteúdo democrático, esvaziando a essência das universidades públicas. ■

Contato com Niharika Jaiswal <niharika.27.j@gmail.com>

> Equipes editoriais novas (e não tão novas) da *Diálogo Global*

A partir deste número, os editores da *Diálogo Global* mudaram. Brigitte Aulenbacher e Klaus Dörre assumiram as funções de edição de Michael Burawoy, que criou a revista com entusiasmo. Preparado por uma equipe de colaboradores de vários países e traduzido em dezessete idiomas, a *Diálogo Global* publica contribuições de sociólogos de todo o mundo para um público acadêmico e não-acadêmico, em nível global. É uma honra e um desafio participar de uma rede tão ampla de autores, tradutores e apoiadores. A nova e não tão nova equipe se esforça para fortalecer esta importante revista que conecta tantos sociólogos em todo o mundo.

Brigitte Aulenbacher é professora de Sociologia, preside o Departamento de Teoria da Sociedade e Análises Sociais da Johannes Kepler University em Linz, na Áustria e, como vice-presidente do Comitê Organizador Local, em 2016 coorganizou o Terceiro Fórum de Sociologia da ISA, em Viena. Seus campos de pesquisa incluem teoria sociológica, estudos de gênero e interseccionalidade, sociologia do trabalho e do cuidado, contando com estudos empíricos atuais sobre o atendimento 24 horas e a mercantilização das universidades. **Klaus Dörre** é professor de Sociologia na Universidade Friedrich Schiller, em Jena, na Alemanha, onde preside o Departamento de Trabalho, Sociologia

Industrial e Econômica. Suas áreas de pesquisa incluem a teoria do capitalismo, capitalismo financeiro, emprego flexível e precário, relações de trabalho e sindicalismo estratégico, entre outros. Atualmente, ele é codiretor (junto com Hartmut Rosa) do Grupo de Pesquisa em Sociedades Pós-Crescimento, financiado pela Fundação Alemã de Pesquisa.

Os novos editores têm o apoio de um novo editor associado, Aparna Sundar, bem como de dois editores assistentes, Johanna Grubner e Christine Schickert. **Aparna Sundar** possui PhD em Ciência Política pela Universidade de Toronto, Canadá; trabalhou como professora assistente na Ryerson University em Toronto e até 2016 como Professora Associada na Azim Premji University em Bangalore, Índia, onde ainda é pesquisadora visitante. **Johanna Grubner** é mestre em sociologia. Ela é pesquisadora da Johannes Kepler University em Linz, Áustria, e seus campos de pesquisa incluem teoria feminista e estudos de gênero com foco no corpo e métodos qualitativos. Seu projeto de doutorado enfoca a igualdade de gênero nas universidades. **Christine Schickert** é mestre em Estudos Americanos com especialização em Sociologia. Ela trabalha como diretora administrativa do Grupo de Pesquisa em Sociedades de Pós-Crescimento do Departamento de Sociologia da Universidade Friedrich Schiller, em Jena, na Alemanha.



Brigitte Aulenbacher.



Klaus Dörre.



Christine Schickert.



Johanna Grubner.



| Aparna Sundar.



| Lola Busuttil.



| August Bagà (aka Arbu).

**DIÁLOGO
GLOBAL**



Felizmente, a *Diálogo Global* também conta com colaboradores de longa data: com sede em Barcelona, Espanha, os editores **Lola Busuttil** e **August Bagà** (também conhecido como Arbu) continuarão trabalhando na revista, assim como os editores regionais e as equipes de tradução em todo o mundo. Lola e Arbu começaram sua colaboração com Michael desde a primeira edição, lançada em 2010. Tradutora e editora profissional, Lola supervisiona a qualidade geral de cada edição. Designer gráfico e ilustrador profissional, Arbu é responsável pelo projeto gráfico do *Diálogo Global*.

Enquanto todos os editores regionais e equipes de tradução continuarão colaborando com essa nova (e não tão nova equipe), Michael permanecerá como um consultor de apoio, garantindo uma transição tranquila e ajudando a garantir o sucesso da *Diálogo Global* no futuro. Por último, mas não menos importante, prosseguiremos com a proveitosa colaboração do Comitê de Publicações da ISA e, como editores consultores, com os membros do Comitê Executivo, assim como contaremos com a Secretária Executiva da ISA Izabela Barlinska e sua equipe em Madri,

cujo engajamento torna possível um empreendimento como a *Diálogo Global*.

Trabalhar com uma equipe editorial de sete pessoas em quatro países diferentes e colaborar com os editores regionais e equipes de tradução de estudantes, jovens acadêmicos e cientistas seniores de mais de dezessete países é um desafio e um empreendimento emocionante. Isso nos permite lidar com a *Diálogo Global* como um meio de dar voz a uma ampla variedade de perspectivas sociológicas, bem como apresentar pontos de vista locais; fornecer espaço para controvérsias vivas e debates produtivos sobre desenvolvimentos sociais e científicos; oferecer uma plataforma para acadêmicos estabelecidos e para os jovens; e, assim, organizar uma rede global de sociólogos escrevendo e discutindo as questões prementes do nosso tempo.

Como equipe, estamos muito ansiosos para entrar em contato com todos vocês que se interessam por um diálogo global comum. ■